

PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

CONCELHO DE ALCOUTIM
2020-2029

CADERNO II

COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA
CONTRA INCÊNDIOS



CADERNO I – INFORMAÇÃO DE BASE

CADERNO II – PLANO DE AÇÃO

CADERNO III – PLANO OPERACIONAL MUNICIPAL

Índice

Índice	3
Índice de Quadros	4
Índice de Mapas	5
Índice de Figuras.....	6
Índice de Gráficos.....	6
Acrónimos.....	7
ENQUADRAMENTO DO PLANO NO ÂMBITO DO SISTEMA DE GESTÃO TERRITORIAL E NO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS.....	9
ANÁLISE DO RISCO, DA VULNERABILIDADE AOS INCÊNDIOS E DA ZONAGEM DO TERRITÓRIO	11
Mapa de Combustíveis Florestais	11
Mapa de Perigosidade de Incêndio Florestal	12
Mapa de Risco de Incêndio	12
Mapa de Prioridades de Defesa	13
OBJETIVOS E METAS DO PMDFCI	15
Tipologia	15
Objetivos e Metas do PMDFCI	15
EIXOS ESTRATÉGICOS	17
1º Eixo Estratégico – Aumento da Resiliência do território aos Incêndios Florestais	17
Levantamento da Rede de Defesa da Floresta Contra Incêndios	18
A. Rede de Faixas de Gestão de Combustível e Mosaicos de Parcelas de Gestão de Combustível.....	18
B. Rede Viária Florestal (RVF)	22
C. Rede de Pontos de Água	23
Programa de Ação referente ao 1.º eixo estratégico, rede de faixas de gestão de combustível e mosaicos de parcelas de gestão de combustível, rede viária florestal e rede de pontos de água	29
A. Rede de Faixas de Gestão de Combustível	36
B. Rede Viária Florestal.....	38
C. Rede de Pontos de Água	39
D. Metas e Indicadores – Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais para o período (2020/2029) no concelho de Alcoutim	39
E. Orçamento e Responsáveis – Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais para o período (2020/2029) no concelho de Alcoutim	41
2º Eixo Estratégico – Reduzir a Incidência dos Incêndios	44
Avaliação	45
A. Comportamento de Risco.....	45
B. Fiscalização	46
Planeamento de Ações.....	46
A. Sensibilização	46
B. Fiscalização	47
C. Metas e Indicadores	48
D. Orçamento e Responsáveis	49
3º Eixo Estratégico – Melhoria da Eficácia de Ataque e da Gestão de Incêndios.....	50
Avaliação	51
A. Vigilância e Detenção	51
B. 1ª Intervenção	52

C. Rescaldo e Vigilância Pós-incêndio.....	54
Planeamento de Ações.....	54
A. Metas e Indicadores	54
B. Orçamento e Responsáveis	55
4º Eixo Estratégico – Recuperar e Reabilitar os Ecossistemas.....	55
Avaliação	56
A. Estabilização de Emergência	56
B. Reabilitação do Povoamento e Habitats Florestais.....	56
Planeamento das Ações	56
A. Estabilização de Emergência	56
B. Reabilitação do Povoamento e Habitats Florestais.....	56
5º Eixo Estratégico – Adoção de uma Estrutura Orgânica Funcional e Capaz	57
Avaliação	57
A. Formação.....	57
Planeamento de Ações.....	58
A. Organização do Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios	58
ESTIMATIVA DE ORÇAMENTO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PMDFCI.....	60
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	62

Índice de Quadros

Quadro 1 – Capacidade de Rede de Pontos de Água por Freguesia.....	24
Quadro 2 – Descrição dos códigos das Faixas de Gestão de Combustível (FGC).....	36
Quadro 3 – Intervenção nas faixas de gestão de combustível para o período (2020/2029) no concelho de Alcoutim	36
Quadro 4 – Intervenção na rede viária florestal para o período (2020/2024) no concelho de Alcoutim.....	38
Quadro 5 – Sem Intervenção na rede viária florestal para o período (2020/2024) no concelho de Alcoutim	38
Quadro 6 – Intervenção na rede viária florestal para o período (2025/2029) no concelho de Alcoutim.....	38
Quadro 7 – Sem Intervenção na rede viária florestal para o período (2025/2029) no concelho de Alcoutim	39
Quadro 8 – Intervenção na rede de pontos de água para o período (2020/2029) no concelho de Alcoutim	39
Quadro 9 – Metas e indicadores das faixas de gestão de combustíveis	40
Quadro 10 – Metas e indicadores da rede viária florestal.....	40
Quadro 11 – Metas e indicadores dos pontos de água	40
Quadro 12 – Estimativa de orçamento e responsáveis para a execução das faixas de gestão de combustíveis por ano (2020/2024)	41
Quadro 13 – Estimativa de orçamento e responsáveis para a execução das faixas de gestão de combustíveis por ano (2025/2029)	41
Quadro 14 – Estimativa de orçamento e responsáveis para a rede viária por ano (2020/2024).....	42
Quadro 15 – Estimativa de orçamento e responsáveis para a rede viária por ano (2025/2029).....	42
Quadro 16 – Estimativa de orçamento e responsáveis para a rede de pontos de água por ano (2020/2024).....	42

Quadro 17 – Estimativa de orçamento e responsáveis para a rede de pontos de água por ano (2025/2029).....	42
Quadro 18 – Estimativa Total de Orçamento – Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais para o período (2020/2024)	43
Quadro 19 – Estimativa Total de Orçamento – Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais para o período (2025/2029)	43
Quadro 20 – Estimativa Total de Orçamento para o período (2020/2029).....	43
Quadro 21 – Comportamento de Risco - Diagnóstico	45
Quadro 22 – Proposta das ações de sensibilização	46
Quadro 23 – Metas e indicadores das ações de sensibilização previstas.....	48
Quadro 24 – Estimativa de orçamento e responsáveis das ações de sensibilização prevista por ano (2020/2024).....	49
Quadro 25 – Estimativa de orçamento e responsáveis das ações de sensibilização prevista por ano (2025/2029).....	49
Quadro 26 – Índice entre o número de incêndios florestais e equipas de vigilância e detenção	52
Quadro 27 – Índice entre o número de incêndios florestais, número de equipas e o número de elementos de 1ª intervenção (2015-2018)	53
Quadro 28 – Nº de reacendimentos (2009-2018)	54
Quadro 29 – Metas e indicadores das ações de vigilância, deteção, 1ª intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós- incêndio previstas.....	54
Quadro 30 – Estimativa de orçamento e responsáveis das ações de vigilância, detenção, 1ª intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio previstas	55
Quadro 31 – Necessidades de formação	57
Quadro 32 – Responsabilidades das entidades	58
Quadro 33 – Estimativa orçamental para as várias entidades.....	59
Quadro 34 – Cronograma das reuniões anuais da comissão municipal de defesa a floresta contra incêndios	59
Quadro 35 – Estimativa orçamental do PMDFCI (2020/2024)	60
Quadro 36 – Estimativa orçamental do PMDFCI (2025/2029)	60
Quadro 37 – Estimativa orçamental total do PMDFCI (2020/2029)	61

Índice de Mapas

Mapa 1 – Mapa dos modelos de combustível do concelho de Alcoutim	11
Mapa 2 – Mapa de Perigosidade de incêndio do concelho de Alcoutim.....	12
Mapa 3 – Mapa do Risco de incêndio do concelho de Alcoutim	13
Mapa 4 – Mapa de prioridade de defesa do concelho de Alcoutim.....	14
Mapa 5 – Mapa de faixas e mosaicos de parcelas de gestão de combustíveis do concelho de Alcoutim	20
Mapa 6 – Mapa da rede viária do concelho de Alcoutim	22
Mapa 7 – Mapa da rede de pontos de água – acessibilidade e operacionalidade – do concelho de Alcoutim	28

Mapa 8 – Mapa de intervenções preconizadas de DFCI do concelho de Alcoutim para 2020	31
Mapa 9 – Mapa de intervenções preconizadas de DFCI do concelho de Alcoutim para 2021	31
Mapa 10 – Mapa de intervenções preconizadas de DFCI do concelho de Alcoutim para 2022	32
Mapa 11 – Mapa de intervenções preconizadas de DFCI do concelho de Alcoutim para 2023	32
Mapa 12 – Mapa de intervenções preconizadas de DFCI do concelho de Alcoutim para 2024	33
Mapa 13 – Mapa de intervenções preconizadas de DFCI do concelho de Alcoutim para 2025	33
Mapa 14 – Mapa de intervenções preconizadas de DFCI do concelho de Alcoutim para 2026	34
Mapa 15 – Mapa de intervenções preconizadas de DFCI do concelho de Alcoutim para 2027	34
Mapa 16 – Mapa de intervenções preconizadas de DFCI do concelho de Alcoutim para 2028	35
Mapa 17 – Mapa de intervenções preconizadas de DFCI do concelho de Alcoutim para 2029	35
Mapa 18 – Mapa da Fiscalização do Concelho de Alcoutim	48
Mapa 19 – Mapa de vigilância e detenção do concelho de Alcoutim	51

Índice de Figuras

Figura 1 – Priorização de execução das faixas de gestão de combustível no concelho de Alcoutim.....	30
Figura 2 – Esquema de Proteção de Habitações	37

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Valor médio por freguesia do tempo de chegada para a 1ª intervenção nas diferentes fases (2015-2018) (Fonte: ICNF 2020)	53
---	----

Acrónimos

ANEPC – Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil

CCOM – Centro de Coordenação Operacional Municipal

CDOS – Centro Distrital de Operações de Socorro

CMDFCI – Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios

CODIS – Comandante Operacional Distrital

DFCI – Defesa da Floresta Contra Incêndios

ECIN – Equipas de Combate a Incêndios dos Bombeiros

EME – Estado Maior do Exército

FGC – Faixas de Gestão de Combustível

FIC – Faixa de Interrupção de Combustível

FRC – Faixa de Redução de Combustível

GNR – Guarda Nacional Republicana

GTF – Gabinete Técnico Florestal

ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e Florestas

IGEOE – Instituto Geográfico do Exercito

IGP – Instituto Geográfico Português

LEE – Locais Estratégicos de Estacionamento

MPGC – Moisaicos de Parcelas de Gestão de Combustível

NFFL – Northern Forest Fire Laboratory

OPF – Organização de Produtores Florestais

PDM – Plano Diretor Municipal

PGF – Plano de Gestão Florestal

PMDFCI – Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios

PNDFCI – Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios

PNPOT – Programa Nacional de Políticas de Ordenamento do Território

POM – Plano Operacional Municipal

PROTAI_g – Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve

PROFAI_g – Plano Regional de Ordenamento Florestal do Algarve

PV – Posto de Vigia

RDFCI – Rede de Defesa da Floresta Contra Incêndios

REN – Rede Ecológica Nacional

RPA – Rede de Pontos de Água

RVF – Rede Viária Florestal

SDFCI – Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios

SIG – Sistema de Informação Geográfica

SEPNA/GNR – Serviço Nacional da Proteção da Natureza e do Ambiente da GNR

SMPC – Serviço Municipal de Proteção Civil

SNDFCI – Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios

TO – Teatro de Operações

UEPS/GNR – Unidade de Emergência, Proteção e Socorro

ENQUADRAMENTO DO PLANO NO ÂMBITO DO SISTEMA DE GESTÃO TERRITORIAL E NO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

De acordo com o Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, alterado pela Lei n.º 76/2017 de 17 de Agosto e o Decreto-Lei n.º 10/2018, de 14 de fevereiro, que aprovou o Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 17/2009 de 14 de Janeiro e legislação complementar, no Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI) (Resolução do Conselho de Ministros 65/2006 de 26 de Maio), os Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI), de âmbito municipal ou intermunicipal, tratam-se de planos plurianual, sujeito a avaliações e atualizações anuais. Estes contêm as ações necessárias à defesa da floresta contra incêndios e, para além das ações de prevenção, incluem a previsão e a programação integrada das intervenções das diferentes entidades envolvidas perante a eventual ocorrência de incêndios.

O PMDFCI absorve todas as diretrizes emanadas pelos instrumentos de ordenamento do território de nível superior, tais como o Programa Nacional de Políticas de Ordenamento do Território (PNPOT) (Resolução do Conselho de Ministros n.º 48/2020, publicada no Diário da República n.º 121/2020, Série I, de 24 de junho), o Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNGIFR) (Resolução de Conselho de Ministros n.º 45-A/2020, de 16 de junho) e o Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (PROT Alg) (Portaria n.º 53/2019, de 11 de fevereiro e retificado pela Declaração de Retificação n.º 12/2019, de 4 de dezembro).

No que aos espaços florestais diz respeito, este plano cumpre as orientações do Plano Regional de Ordenamento Florestal do Algarve (PROF Alg) e da Estratégia Nacional para as Florestas, tal como as orientações do Plano Sectorial da Rede Natura, Departamento Distrital da Defesa da Floresta Contra Incêndios e da Comissão Regional de Reflorestação do Algarve.

Quanto ao Plano Diretor Municipal (PDM), o PMDFCI está em articulação com o primeiro, contemplando até orientações que deverão, em sede de revisão do PDM, ser previstas neste último.

Ao nível da gestão territorial, este plano define algumas das ações a desenvolver em zonas bem definidas e algumas condicionantes a aplicar nessas zonas, de forma a proteger tanto a floresta como os bens existentes. Por outro lado, atendendo ao facto de a totalidade da superfície florestal pertencer a privados este plano tem ainda como função apontar linhas de orientação na gestão da floresta.

A Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (CMDFCI) de Alcoutim apoiada pelo Gabinete Técnico Florestal (GTF) desenvolveu o presente PMDFCI como base no guia técnico para a elaboração do PMDFCI divulgado pelo ICNF em abril de 2012.

A estrutura seguida para a elaboração do PMDFCI obedece a seguinte ordem:

Diagnóstico – Caderno I (informação de base)

Plano de ação – Caderno II (avaliação e planeamento de ações)

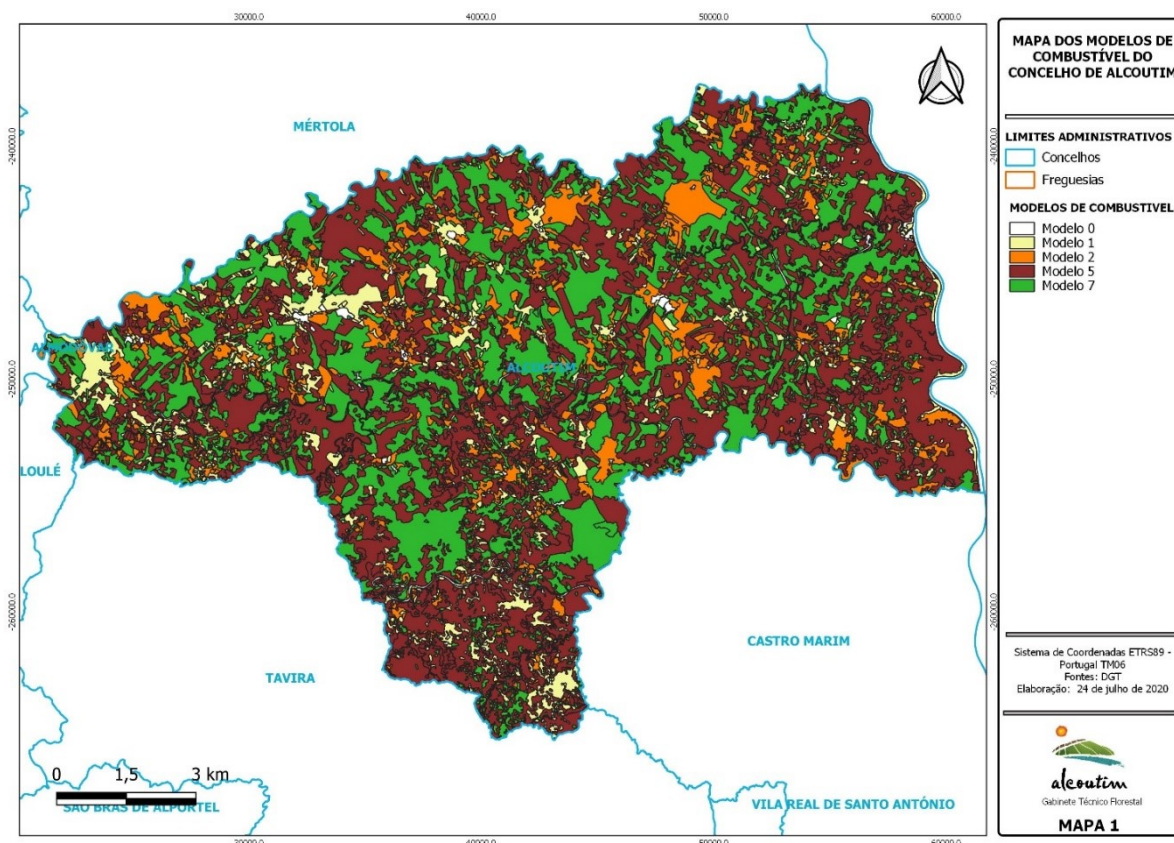
Plano operacional municipal – Caderno III (POM)

Este plano apresenta um planeamento de dez anos (2020-2029).

ANÁLISE DO RISCO, DA VULNERABILIDADE AOS INCÊNDIOS E DA ZONAGEM DO TERRITÓRIO

Mapa de Combustíveis Florestais

O Mapa dos modelos de combustível do concelho de Alcoutim, mapa 1, representa a caracterização das estruturas da vegetação, do ponto de vista do seu comportamento em caso de incêndio e de acordo com a classificação criada pelo Northern Forest Fire Laboratory (NFFL), adaptada pelo ICONA, pelo projeto Geofogo/CNIG para a Península Ibérica.



Mapa 1 – Mapa dos modelos de combustível do concelho de Alcoutim

Para a criação deste mapa foi usada como base de trabalho a carta de ocupação de solo (COS2015).

No caso concreto do concelho de Alcoutim verificam-se a predominância dos modelos 5 e 7, ou seja:

Modelo 5 - Mato denso mas baixo, com uma altura inferior a 0,6 m. Apresenta cargas ligeiras de folhada do mesmo mato. Os incêndios propagam-se com intensidade moderada;

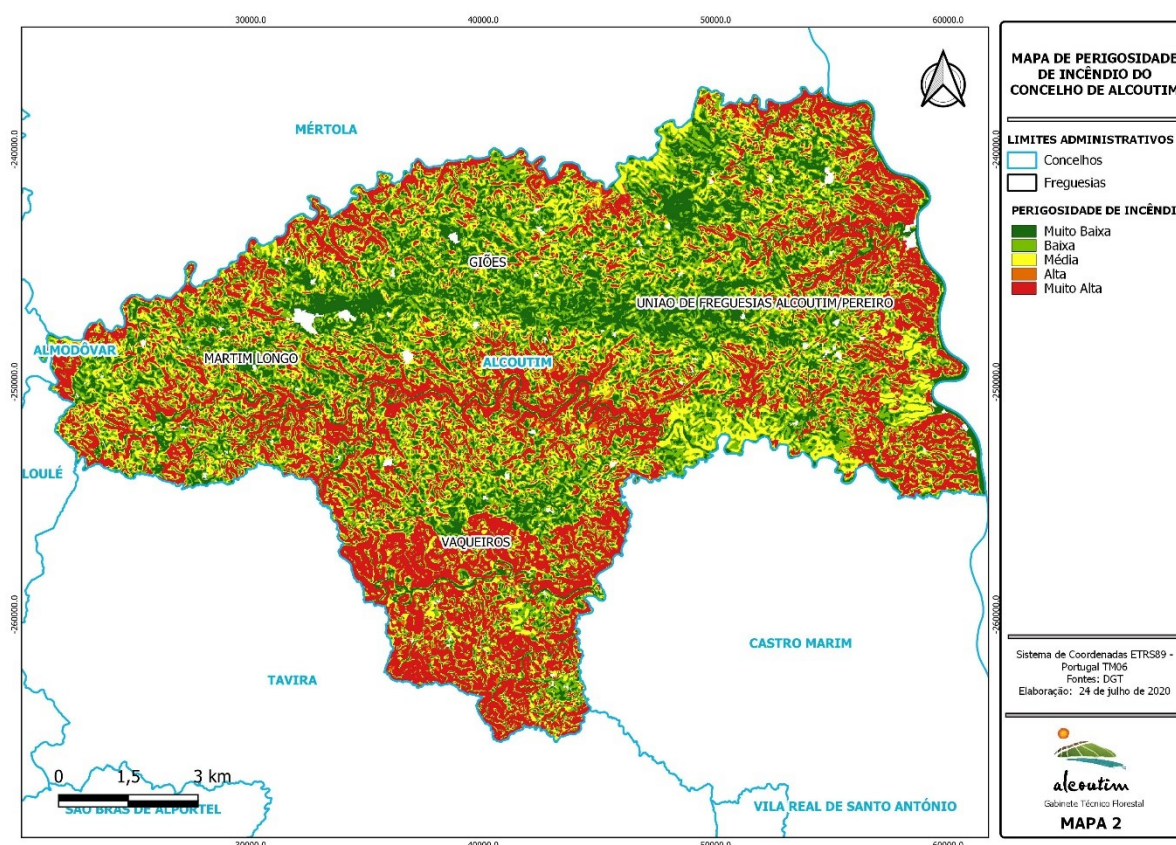
Modelo 7 – Mato de espécies muito inflamáveis, de 0,6 a 2 m de altura, que propaga o fogo debaixo das árvores. Os incêndios propagam-se com mais intensidade devido à natureza mais inflamável dos outros combustíveis vivos.

A nível percentual constatamos que cerca de 49% do território apresenta uma vegetação caracterizada pelo modelo 5, enquanto o modelo 7 representa cerca de 32% do território, o modelo 2 representa cerca de 11% e por último o modelo 1 com cerca de 8%.

Mapa de Perigosidade de Incêndio Florestal

O mapa de perigosidade de incêndio presente no mapa 2, foi elaborado segundo a metodologia proposta pelo ICFN em anexo. A perigosidade resulta do cruzamento de dois parâmetros de base – a probabilidade de ocorrência e a suscetibilidade.

A perigosidade do concelho de Alcoutim apresenta índices altos e muito altos na ordem dos 40%, apresentando assim um potencial significativo para a ocorrência de incêndios florestais.



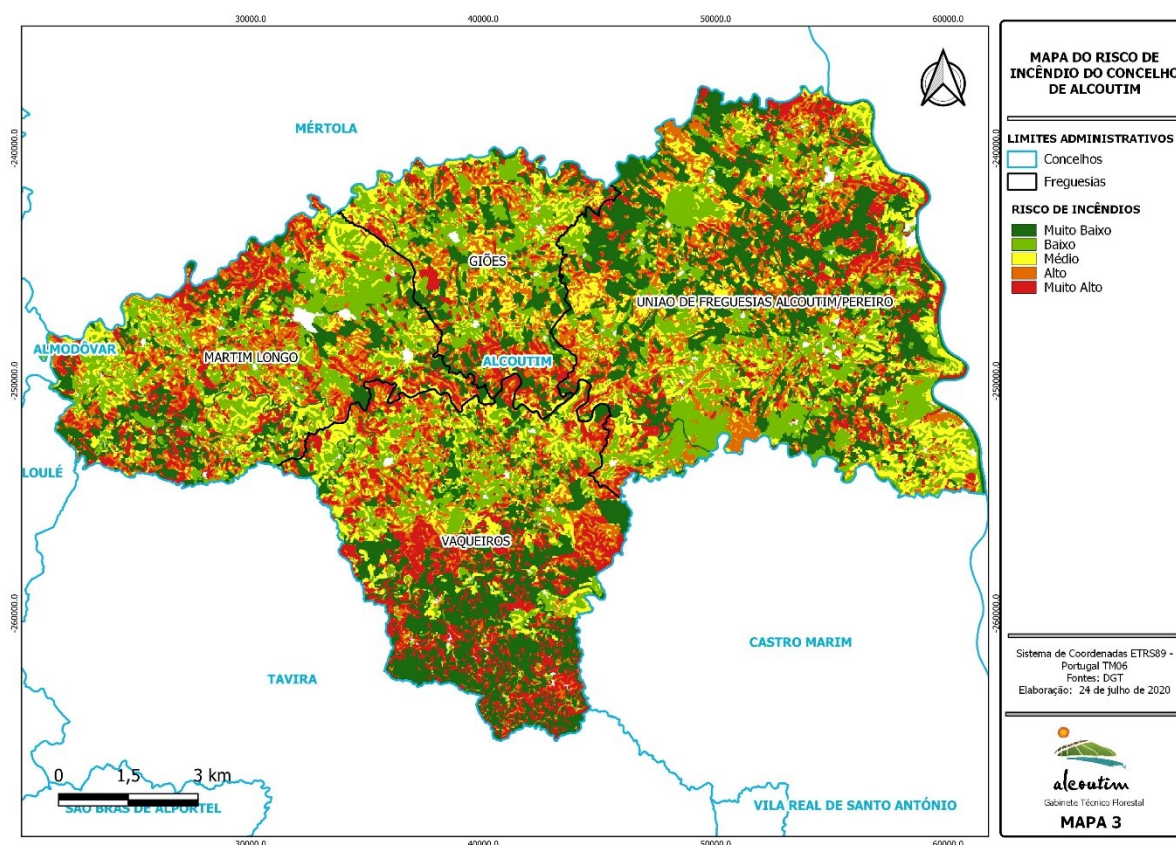
Mapa 2 – Mapa de Perigosidade de incêndio do concelho de Alcoutim

Mapa de Risco de Incêndio

O mapa de risco de incêndio presente no mapa 3, foi elaborado segundo a metodologia proposta pelo ICFN em anexo. O risco de incêndio resulta da combinação de três fatores: a perigosidade que resulta da probabilidade e da suscetibilidade, e a vulnerabilidade e o valor.

O concelho de Alcoutim apresenta índices altos de risco de incêndio essencialmente nas zonas com maiores declives. Estas zonas são muito sensíveis à ignição e propagação de fogo, essencialmente, devido às características do terreno.

Por este motivo, estamos perante um concelho que deverá ter em atenção todas as medidas de sensibilização e combate para que este risco não se converta em incêndios reais.



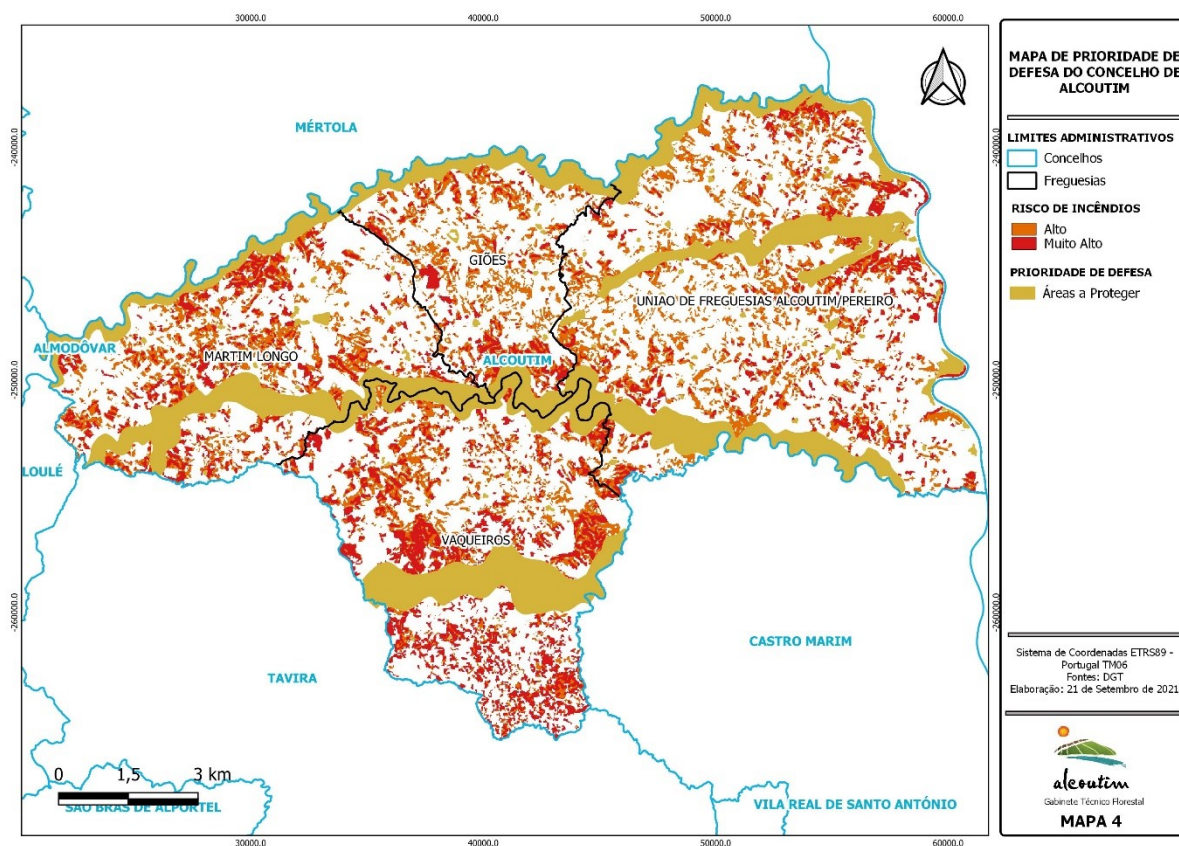
Mapa 3 – Mapa do Risco de incêndio do concelho de Alcoutim

Mapa de Prioridades de Defesa

O mapa de Prioridades de Defesa apresentada no mapa 4 define as zonas que serão de combate prioritário em caso de ocorrência de incêndios florestais. Esta, resulta do somatório das áreas de alto e muito alto risco de incêndio com as áreas a proteger.

Para a definição de áreas a proteger foram consideradas as áreas definidas no Plano Diretor Municipal de Alcoutim. As áreas que se consideraram sensíveis e, como tal, prioritárias são as da Reserva Biológica Municipal; de Habitação Rural; de Salvaguarda e Ativação Biofísica; de Expansão Industrial e Expansão Urbana.

Analisando o mapa 4, destaca-se que das quatro freguesias que constituem o concelho de Alcoutim, a União de Freguesias de Alcoutim/Pereiro e a freguesia de Vaqueiros são as que apresentam maior superfície com áreas prioritárias de defesa.



Mapa 4 – Mapa de prioridade de defesa do concelho de Alcoutim

É de salientar também que, da área total do concelho, cerca de 17% da sua superfície está inserida nas áreas a proteger. Da restante área 19% está classificada com áreas de alto risco de incêndio e 25% como áreas de muito alto risco de incêndio. Desta forma, podemos concluir que cerca de 2/3 do território são áreas prioritárias de defesa.

Objetivos e Metas do PMDFCI

Tipologia

Com o intuito de cumprir o preconizado no PNDFCI, é necessário definir neste Plano um conjunto de objetivos e metas que assumam as diretrizes da estratégia nacional para a defesa da floresta contra incêndios.

Esta definição de objetivos, de prioridades e de intervenções foram orientadas para responder de forma adequada às especificidades do concelho de Alcoutim, nomeadamente no que diz respeito às duas variáveis estruturantes, número de ocorrências e área ardida.

A necessidade de classificar os concelhos do País em relação ao histórico de incêndios, e estratificar geograficamente o território de uma forma que se considera adequada para distinguir os grandes tipos de problemas/soluções associados à incidência do fogo, levou o ICNF, a definir uma tipificação do território, na qual se pondera o número de ocorrências e a área ardida pela área florestal dos respetivos concelhos. Esta classificação enquadra quatro tipologias, demarcadas de acordo com os limiares de “pouco” e “muito”, definidos pela mediana do conjunto (são utilizadas séries de 10 anos entre o período de 2009 - 2018) das ponderações do número de ocorrências e da área ardida em povoamentos e matos (a área florestal por concelho, utilizada na classificação desta tipologia, foi determinada recorrendo a Carta de Ocupação do Solo (COS2018) e agregando as áreas de classes de coberto do solo consideradas vulneráveis aos incêndios florestais). Deste modo, os municípios do território Continental podem ser divididos nas seguintes tipologias:

- Poucas ocorrências e Pouca área ardida (T1);
- Poucas ocorrências e Muita área ardida (T2);
- Muitas ocorrências e Pouca área ardida (T3);
- Muitas ocorrências e Muita área ardida (T4).

Assim, o concelho de Alcoutim enquadra-se na Tipologia T1, que corresponde a uma realidade histórica de poucas ocorrências e pouca área ardida.

Objetivos e Metas do PMDFCI

Tendo por base o diagnóstico realizado no Caderno I, o atual PMDFCI estabelece um conjunto de objetivos e metas estratégicas a alcançar até 2029. Assim, são objetivos estratégicos do Plano:

- Promover a sensibilização e informar as pessoas relativamente a defesa da floresta contra incêndios, com particular incidência para a prática de risco;
- Reduzir área ardida;

- Reduzir o tempo de intervenção, melhorando os circuitos de vigilância, a rede de comunicação, a organização do dispositivo local e o pré-posicionamento dos recursos da 1ª intervenção e combate;
- Reduzir os reacendimentos.

Os objetivos enunciados traduzem-nas seguintes metas estratégicas:

- Reduzir o número médio de ocorrências no concelho de 9 ocorrências/ano para 5 ocorrências/ano;
- Reduzir a área ardida para menos de 10 hectares/ano;
- Garantir para pelo menos de 95% das ocorrências um tempo de intervenção inferior a 20 minutos;
- Garantir que os reacendimentos não representam mais de 1% do número de ocorrências.

Eixos Estratégicos

De acordo com o n.º 1, do artigo 10º, do Decreto-Lei nº 124/2006, de 28 de junho, já anteriormente mencionado, este PMDFCI contém as ações necessárias à defesa da floresta contra incêndios e ainda a previsão e a programação integrada das intervenções das diferentes entidades envolvidas perante a eventual ocorrência de incêndios.

Cumprindo o disposto no referido Decreto-Lei, o PMDFCI será centrado nos principais eixos estratégicos definidos no Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI), aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros nº 65/2006, de 26 de maio de 2006, sendo eles:

1. Eixo Estratégico: Aumento da Resiliência do território aos incêndios florestais
2. Eixo Estratégico: Redução da incidência dos incêndios
3. Eixo Estratégico: Melhoria de eficácia do ataque e da gestão dos incêndios
4. Eixo Estratégico: Recuperar e reabilitar os ecossistemas
5. Eixo estratégico: Adaptação de uma estrutura orgânica funcional e eficaz.

1º Eixo Estratégico – Aumento da Resiliência do território aos Incêndios Florestais

De acordo com ICNF, neste eixo de atuação é importante aplicar estrategicamente sistemas de gestão dos combustíveis de modo a travar o avanço do fogo e interrompendo o crescimento natural da vegetação. Serão ainda desenvolvidos processos que permitam aumentar o nível de segurança de pessoas e bens e tornar os espaços florestais mais resilientes à ação do fogo.

Este eixo estratégico está diretamente ligado ao ordenamento do território e ao planeamento florestal, promovendo a estabilização do uso do solo e garantindo que essa ocupação se destina a potenciar a sua utilidade social. A linha de ação planeada prevê a gestão multifuncional dos espaços e introduz, em simultâneo, princípios de DFCI de modo a tendencialmente diminuir a intensidade e área percorrida por grandes incêndios e facilitar as ações de pré-supressão e supressão.

Objetivo Estratégico	- Promover a gestão florestal e intervir preventivamente em áreas estratégicas
Objetivos Operacionais	- Proteger as zonas de interface Urbano/Floresta - Implementar programa de redução de combustíveis
Ações	- Criar e manter redes de faixas de gestão de combustível, intervindo prioritariamente nas zonas com maior vulnerabilidade aos incêndios - Implementar mosaicos de parcelas de gestão de combustível - Promover ações de silvicultura no âmbito DFCI - Promover ações de gestão de pastagens

- 
- Criar e manter redes de infraestruturas (rede viária florestal e rede de pontos de água)
 - Divulgar técnicas de ajardinamento com maior capacidade de resiliência aos incêndios florestais

Levantamento da Rede de Defesa da Floresta Contra Incêndios

As redes regionais de defesa da floresta contra incêndios (RDFCI) realizam, territorialmente, de forma ordenada, a infraestruturização dos espaços rurais resultantes da estratégia do PMDFCI. A RDFCI é constituída por um conjunto de redes especificadamente:

- a) Redes de faixas de gestão de combustível
- b) Mosaico de parcelas de gestão de combustível
- c) Rede viária florestal
- d) Rede de pontos de água
- e) Rede de vigilância e detenção de incêndios
- f) Rede de infraestruturas de apoio ao combate.

A. Rede de Faixas de Gestão de Combustível e Mosaicos de Parcelas de Gestão de Combustível

O principal objetivo da Rede de Faixas de Gestão de Combustível (FGC) e Mosaicos de Parcelas de Combustível é a diminuição do risco de incêndios, possibilitando a redução de combustíveis e auxiliando o combate a incêndios.

Entende-se por faixa de gestão de combustível, a redução e remoção total (faixa de interrupção de combustível - FIC) ou parcial (faixa de redução de combustível - FRC) do combustível de superfície numa parcela.

Os mosaicos de parcelas de gestão de combustível, conforme estabelecido no Decreto-lei n.º 124/2006, de 28 de junho, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 76/2017, de 17 de agosto, cumprem um importante papel na prevenção de incêndios, e definem-se como *“o conjunto de parcelas do território estrategicamente localizadas, onde, através de ações de silvicultura, se precede à gestão dos vários estratos de combustível e à diversificação da estrutura e composição das formações vegetais, com o objetivo primordial de defesa da floresta contra incêndios”*.

As faixas de gestão de combustível são constituídas por redes primárias, secundárias e terciárias, consoante as funções que podem desempenhar, nomeadamente:

- Diminuir a superfície percorrida por incêndios de grandes dimensões, facilitando o combate/intervenção direta ou indiretamente quer na frente do fogo, quer nos seus flancos;
- Reduzir os efeitos da passagem de incêndios protegendo, passivamente, as zonas edificadas, as vias de comunicação, as infraestruturas e povoamentos florestais;
- Isolar focos potenciais de incêndio, reduzindo a probabilidade de propagação a áreas adjacentes a linhas elétricas, à rede viária florestal, a parques de recreio, entre outros.

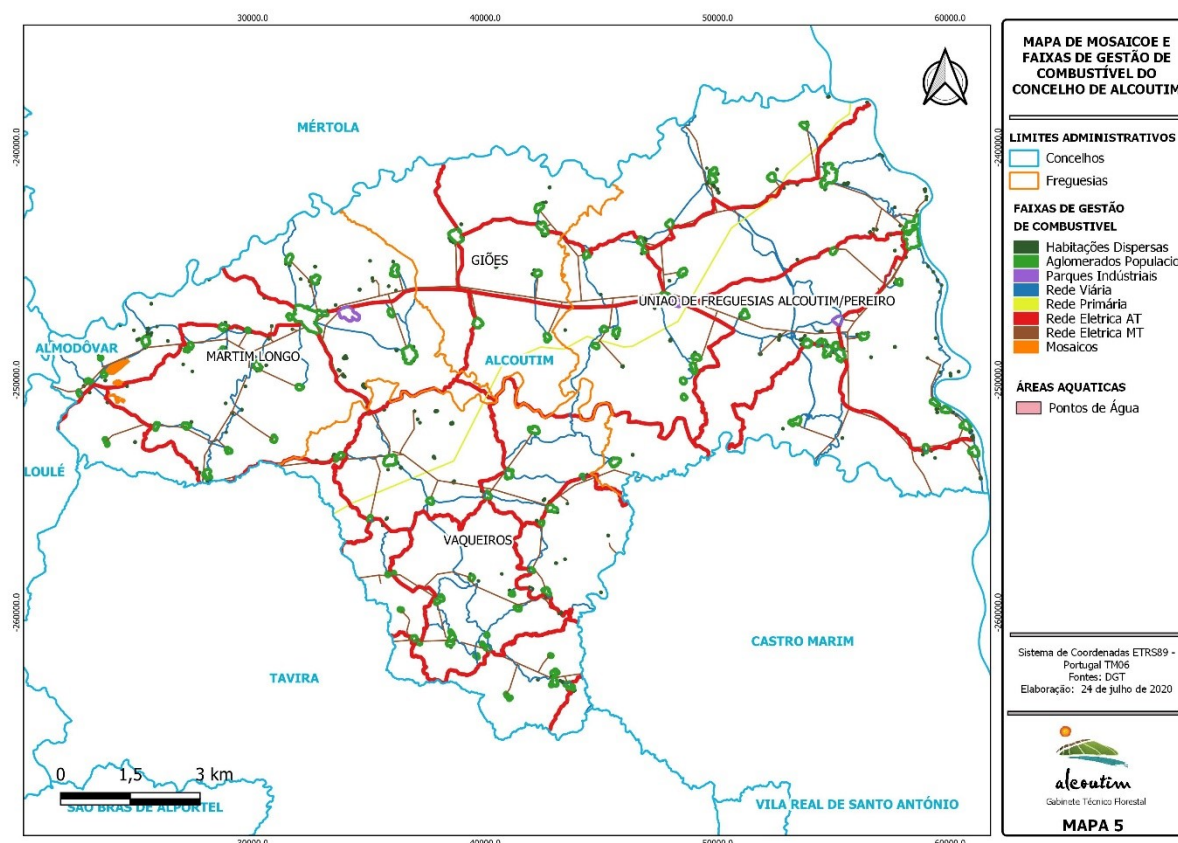
As redes primárias de faixas de gestão de combustível, cumprem todas as funções referidas anteriormente, as secundárias cumprem os dois últimos pontos e a rede terciária cumpre somente o último ponto.

Segundo a ICNF no âmbito do planeamento regional de defesa da floresta contra incêndios e obrigatoriamente integrados no plano municipal e local, a rede primária de faixas de gestão de combustível tem que possuir uma largura não inferior a 125m.

Em relação às redes secundárias de faixa de gestão de combustível nos espaços florestais previamente definidos no PMDFCI é obrigatório:

- Na rede viária florestal uma faixa lateral de terreno confinante numa largura não inferior a 10 m, em que as estradas nacionais são da responsabilidade das Estradas de Portugal e as estradas municipais e caminhos da responsabilidade da autarquia;
- Nas linhas de transporte e distribuição de energia elétrica de média tensão uma faixa correspondente à projeção vertical dos cabos condutores exteriores, acrescido os de uma faixa de largura não inferior a 7 m para cada um dos lados, da responsabilidade da EDP;
- Nas linhas de transporte e distribuição de energia elétrica em muito alta tensão e em alta tensão uma faixa correspondente à projeção vertical dos cabos condutores exteriores acrescidos de uma faixa de largura não inferior a 10 m para cada um dos lados, da responsabilidade da REN e EDP;
- Nos terrenos adjacentes a edificações integradas em espaço rurais (habitações, estaleiros, armazéns, oficinas) é obrigatória a realização de uma faixa de 50 m á volta das mesmas, da responsabilidade dos proprietários;
- Nos aglomerados populacionais inseridos ou confinantes com espaços florestais e previamente definidos no PMDFCI é obrigatória a gestão de combustível numa faixa exterior de proteção de largura mínima não inferior a 100 m, da responsabilidade dos proprietários;
- Nos parques e polígonos industriais, inseridos ao confinantes com espaços florestais uma faixa envolvente com uma largura mínima não inferior a 100 m, da responsabilidade da entidade gestora.

No mapa 5 é demonstrada a distribuição por freguesia da área ocupada por descrição de faixas e mosaicos de parcelas de gestão de combustível. Neste pode-se observar que as faixas de gestão florestal (FGC) mais representativas no concelho de Alcoutim são as da rede primária, existindo a maior percentagem na freguesia de Giões, seguindo-se a área das faixas associadas aos aglomerados populacionais, a qual tem maior relevância na União de freguesias de Alcoutim/Pereiro. As menores percentagens de área ocupada são as das faixas nos equipamentos florestais de recreio, parque e polígonos industriais. No que respeita aos mosaicos de gestão de combustíveis estes resultam de duas candidaturas de realização de Gestão de Combustível com Recurso a Pastoreia “Cabras Sapadoras”, realizadas, uma pela Associação Cumeadas e outra por um agricultor.



Mapa 5 – Mapa de faixas e mosaicos de parcelas de gestão de combustíveis do concelho de Alcoutim

O concelho de Alcoutim, tal como se pode observar apresenta um elevado número de aglomerados populacionais dispersos no território, o que dificulta a operacionalidade da gestão de uma faixa de 100 metros em seu redor. Esta dificuldade prende-se com a sua dispersão e não com a sua área, pois a sua área é inferior 2%.

No que respeita às habitações dispersas, a gestão da faixa de 50 metros em seu redor não apresenta dificuldades de maior pois a sua expressão é quase irrelevante.

As áreas aquáticas são de reduzida dimensão e bastantes dispersas, pelo que a sua função como áreas de limitação da progressão do fogo não tem expressão.

Quanto às áreas agrícolas estas são irrelevantes no concelho de Alcoutim, não só por serem poucas, como por se localizarem predominantemente junto ao rio Guadiana. Embora existam algumas áreas agrícolas, apenas se consideraram os pomares de regadio e as vinhas, pois são as que apresentam uma menor dinâmica de alteração do uso do solo e são também as que, de uma forma geral, apresentam-se limpas ou com a vegetação verde no verão.

Todas as intervenções realizadas no âmbito da Defesa da Floresta Contra Incêndios, deverão cumprir e respeitar as boas práticas florestais.

A.1 Proteção de Áreas e Espécies Protegidas

Transitoriamente e enquanto não se concretiza a integração do PSRN2000 (através da elaboração e/ou revisão dos diversos Instrumentos de Gestão Territorial ou da adoção de outros mecanismos por ele previstos), é sujeita a Autorização Prévia por parte do ICNF, enquanto autoridade de conservação da natureza e da biodiversidade, a realização das seguintes ações, atos e atividades que incidam sobre ZPE e SIC:

- a)** A realização de obras de construção civil fora dos perímetros urbanos*;
- b)** A alteração do uso atual do solo que abranja áreas contínuas superiores a 5 ha;
- c)** As modificações de coberto vegetal resultantes da alteração entre tipos de uso agrícola e florestal, em áreas contínuas superiores a 5 ha;
- d)** As alterações à morfologia do solo, com exceção das decorrentes das normais atividades agrícolas e florestais;
- e)** A alteração do uso atual dos terrenos das zonas húmidas ou marinhas, bem como as alterações à sua configuração e topografia;
- f)** A deposição de sucatas e de resíduos sólidos e líquidos;
- g)** A abertura de novas vias de comunicação, bem como o alargamento das existentes;
- h)** A instalação de infraestruturas de eletricidade e telefónicas, aéreas ou subterrâneas, de telecomunicações, de transporte de gás natural ou de outros combustíveis, de saneamento básico e de aproveitamento de energias renováveis ou similares fora dos perímetros urbanos;
- i)** A prática de atividades motorizadas organizadas e competições desportivas fora dos perímetros urbanos;
- j)** A reintrodução de espécies indígenas da fauna e da flora selvagens.

* com exceção das obras de reconstrução, demolição, conservação de edifícios e ampliação desde que estas não envolvam aumento de área de implantação superior a 50% da área inicial e a área total de ampliação seja inferior a 100 m².

Segundo o Decreto – Lei 169/2001 de 25 de maio revogado pelo Decreto – Lei 155/2004 de 30 de junho, será necessário solicitar pedido de autorização para podas e abates de azinheiras e sobreiros e operar de acordo com as boas praticas florestais.

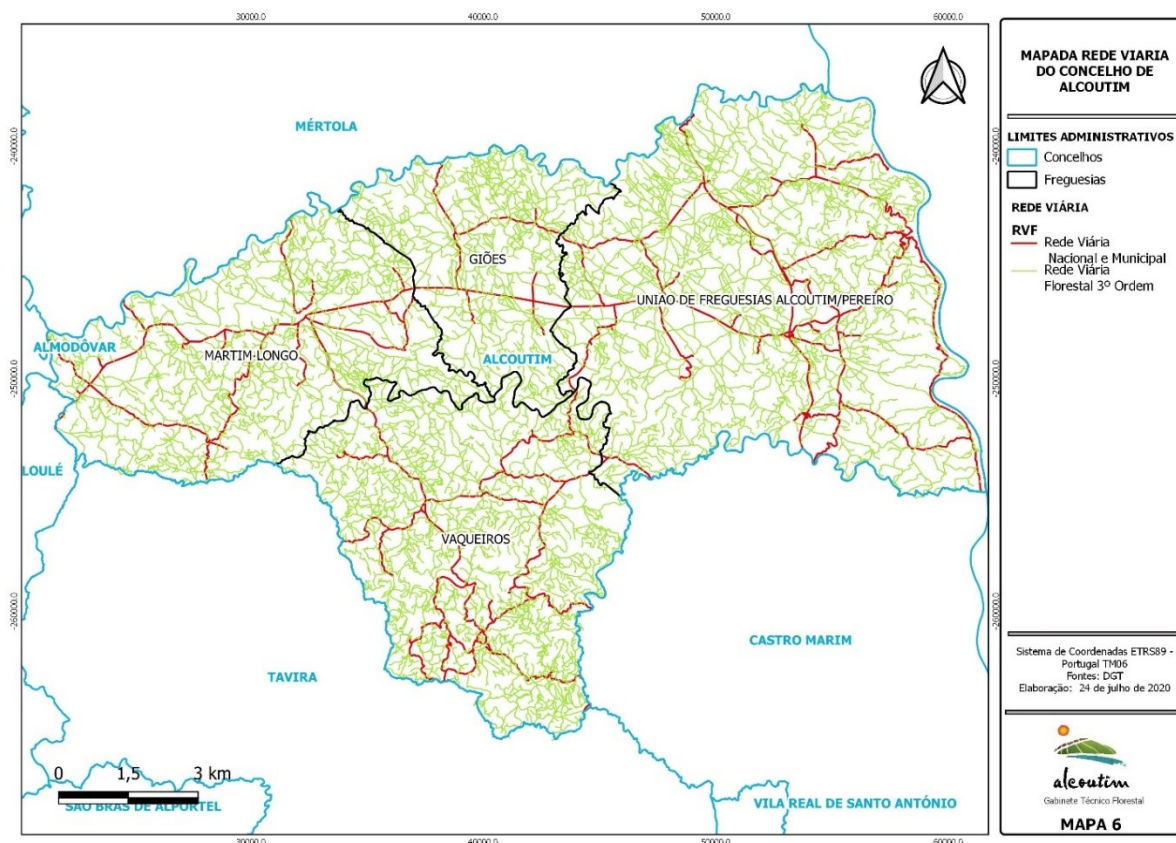
B. Rede Viária Florestal (RVF)

A proteção e luta contra incêndios exigem que os povoamentos florestais estejam servidos com uma rede viária apta a assegurar:

- ✓ A circulação de patrulhas móveis, em funções de vigilância ou ataque inicial de incêndios;
- ✓ O acesso rápido dos veículos de combate a todos os focos de incêndio;
- ✓ A constituição de linhas de luta sobre as quais os veículos de combate poderão tomar posição no combate;
- ✓ O acesso a pontos de água.

A existência de uma rede viária suficientemente densa e sobretudo, em boas condições de acessibilidade é fundamental para a redução do risco de incêndio. As ações de deteção e de combate a incêndios florestais são facilitadas, permitindo uma rápida intervenção e consequentemente diminuição da probabilidade de ocorrência de incêndios de maiores dimensões. A melhoria da acessibilidade também favorece à partida as ações de gestão dos povoamentos florestais, condicionando o risco de incêndio.

No concelho de Alcoutim, existem determinadas áreas florestais onde há a necessidade de beneficiar alguns acessos. Assim, deve dar-se prioridade à beneficiação da rede atual, através da limpeza das bermas, alargamento e melhoria do piso, construção de zonas de viragem e de cruzamento de viaturas e sinalização.



Mapa 6 – Mapa da rede viária do concelho de Alcoutim

No mapa 6 é apresentada a distribuição da rede viária florestal por freguesia, neste pode-se verificar que o concelho de Alcoutim só apresenta rede viária florestal complementar de terceira ordem, havendo desta forma, uma inexistência da rede viária floresta fundamenta de primeira e segunda ordem.

A rede viária, neste município, por ser extensa e bastante dispersa, facilita o acesso de viaturas de combate, podendo também, funcionar como uma faixa de gestão de combustível.

C. Rede de Pontos de Água

Os pontos de água constituem elementos importantes no apoio às ações de combate a incêndios florestais. A contiguidade de pontos de água, em combate a um incêndio permitem diminuir o tempo de deslocação de viaturas para reabastecimento, bem como os custos associados ao transporte de água.

A rede de pontos de água é composta por um conjunto de estruturas de armazenamento de água, fixas ou móveis, de planos de água, naturais ou artificiais acessíveis e de pontos de tomada de água, públicos ou privados. As funções dos pontos de água são as seguintes:

- Garantir o reabastecimento dos equipamentos de luta (meios terrestres e aéreos);
- Garantir o funcionamento de faixas de humedecimento;
- Fomentar a biodiversidade, a correção torrencial, o regadio, o abastecimento de água potável, etc.

No concelho de Alcoutim foi estipulada uma rede de pontos de águas, os quais devem ser verificados periodicamente, dado que passado um ano, podem tornar-se totalmente não operacionais.

Os pontos de água estão bastante dispersos como se pode verificar pelo mapa 7, tendo na sua maioria, boas acessibilidades para os carros de combate a incêndios (embora os levantamentos ainda só façam referência a 7 pontos de água). Se por um lado os pontos de água para uso dos meios aéreos são poucos, por outro, os pontos de água para o uso de meios terrestres são em número considerável e estão estrategicamente dispersos no território, existindo, no entanto, o problema, que na época estival, maior parte fica sem água.

Ao analisar os dados dos pontos de água mistos operacionais constatou-se que a densidade de pontos de água por área de espaço florestal do concelho é de $94,10\text{m}^3/\text{ha}$. A menor capacidade dos pontos de água verifica-se na freguesia de Vaqueiros (115.000m^3), sendo inexistente na freguesia de Giões. A União de Freguesias de Alcoutim/Pereiro é a freguesia em que se verifica um maior volume $3.360.000\text{m}^3$ de capacidade de armazenamento de água. Martim Longo apesar de ter o mesmo número de pontos de água que Vaqueiros, apresenta uma maior capacidade de armazenamento de água (372.000m^3).

Quadro 1 – Capacidade de Rede de Pontos de Água por Freguesia

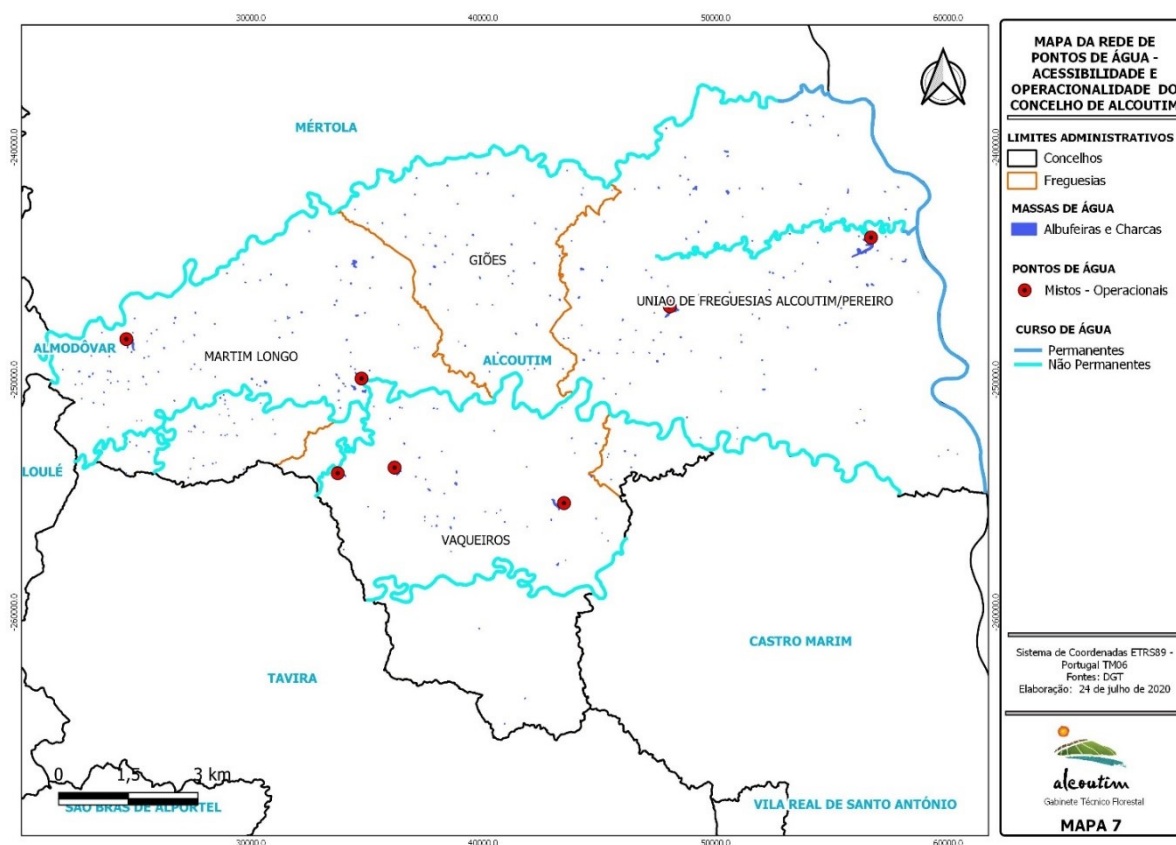
Freguesia	ID_PA	Código do Tipo de PA	Designação da Rede de Pontos de Água	Quantidade de PA	Volume Máximo (m3)
Giões	12	214	Charca	1	2890,0
	13	214	Charca	1	
	14	214	Charca	1	2130,0
	15	214	Charca	1	
	16	214	Charca	1	1610,0
	18	214	Charca	1	600,0
	22	214	Charca	1	1920,0
	23	214	Charca	1	6440,0
	24	214	Charca	1	1440,0
	27	214	Charca	1	3320,0
	Sub-Total			10	20350,0
Martim Longo	7	214	Charca	1	485,0
	8	214	Charca	1	3430,0
	9	214	Charca	1	5090,0
	10	214	Charca	1	3600,0
	11	212	Albufeira de Açude	1	28800,0
	21	212	Albufeira de Açude	1	43200,0
	102	214	Charca	1	1860,0
	103	214	Charca	1	6240,0
	105	212	Albufeira de Açude	1	2410,0
	129	211	Albufeira de Barragem	1	300000,0
	Sub-Total			10	395115,0
Vaqueiros	104	212	Albufeira de Açude	1	45000,0
	106	212	Albufeira de Açude	1	30000,0
	107	214	Charca	1	
	108	214	Charca	1	9630,0
	109	214	Charca	1	1990,0
	110	214	Charca	1	2780,0

	117	214	Charca	1	
	118	214	Charca	1	
	119	214	Charca	1	
	120	214	Charca	1	5320,0
	121	214	Charca	1	
	122	214	Charca	1	
	123	212	Albufeira de Açude	1	40000,0
	127	214	Charca	1	1962,0
	128	214	Charca	1	693,0
	Sub-Total			15	137375,0
Alcoutim e Pereiro	1	214	Charca	1	
	2	214	Charca	1	2740,0
	3	212	Albufeira de Açude	1	2060,0
	4	214	Charca	1	
	5	214	Charca	1	
	6	212	Albufeira de Açude	1	2500,0
	17	214	Charca	1	
	19	214	Charca	1	
	20	212	Albufeira de Açude	1	
	25	214	Charca	1	
	26	214	Charca	1	
	28	212	Albufeira de Açude	1	6340,0
	29	214	Charca	1	
	30	214	Charca	1	
	31	214	Charca	1	
	32	214	Charca	1	
	33	214	Charca	1	
	34	214	Charca	1	
	35	214	Charca	1	
	36	214	Charca	1	

	37	214	Charca	1	
	38	214	Charca	1	
	39	214	Charca	1	
	40	214	Charca	1	
	41	214	Charca	1	
	42	214	Charca	1	
	43	214	Charca	1	
	44	212	Albufeira de Açude	1	
	45	214	Charca	1	
	46	212	Albufeira de Açude	1	
	47	214	Charca	1	
	48	214	Charca	1	
	49	214	Charca	1	
	50	214	Charca	1	
	51	214	Charca	1	
	52	212	Albufeira de Açude	1	2230,0
	53	214	Charca	1	
	54	214	Charca	1	
	55	214	Charca	1	
	56	214	Charca	1	
	57	214	Charca	1	
	58	214	Charca	1	
	59	214	Charca	1	
	60	214	Charca	1	
	61	214	Charca	1	
	62	214	Charca	1	
	63	212	Albufeira de Açude	1	2070,0
	64	214	Charca	1	
	65	214	Charca	1	
	66	212	Albufeira de Açude	1	6590,0

	67	214	Charca	1	
	68	214	Charca	1	
	69	212	Albufeira de Açude	1	
	70	214	Charca	1	
	71	214	Charca	1	
	72	214	Charca	1	
	73	214	Charca	1	
	74	214	Charca	1	
	75	214	Charca	1	
	76	214	Charca	1	
	77	211	Albufeira de Barragem	1	3000000,0
	78	214	Charca	1	
	79	214	Charca	1	
	80	214	Charca	1	
	81	214	Charca	1	
	82	214	Charca	1	
	83	214	Charca	1	
	84	214	Charca	1	
	85	214	Charca	1	
	86	212	Albufeira de Açude	1	360000,0
	87	214	Charca	1	
	88	214	Charca	1	
	89	214	Charca	1	
	90	212	Albufeira de Açude	1	2500,0
	91	214	Charca	1	
	92	212	Albufeira de Açude	1	2070,0
	93	214	Charca	1	
	94	214	Charca	1	
	95	214	Charca	1	
	96	214	Charca	1	

97	214	Charca	1	
98	214	Charca	1	
99	214	Charca	1	
100	212	Albufeira de Açude	1	
101	212	Albufeira de Açude	1	7820,0
111	214	Charca	1	
112	214	Charca	1	
113	214	Charca	1	
114	214	Charca	1	
115	214	Charca	1	2680,0
116	214	Charca	1	
124	214	Charca	1	2340,0
125	214	Charca	1	3730,0
126	214	Charca	1	1240,0
Sub-Total			94	3406910,0
Total			129	3959750,0



Mapa 7 – Mapa da rede de pontos de água – acessibilidade e operacionalidade – do concelho de Alcoutim

Programa de Ação referente ao 1.º eixo estratégico, rede de faixas de gestão de combustível e mosaicos de parcelas de gestão de combustível, rede viária florestal e rede de pontos de água

Os mapas 8 ao 17 mostram por ano (2020/2029) o planeamento das ações a desenvolver para o período de vigência do plano, não ficando subjacente que apenas deve ser intervencionado estas áreas, no ano citado. A calendarização apresentada é indicativa, e sem prejuízo das intervenções na gestão de combustível ter de ser em conformidade com os critérios definidos pela legislação em vigor, e em períodos que garantam a operacionalidade das infraestruturas.

Os trabalhos a efetuar ao longo deste período de tempo foram agrupados por prioridades de necessidade de intervenção, em função de perigosidade e risco de incêndio.

No que respeita a gestão de combustível a rede primária, que no concelho pertence 99% aos proprietários, é de difícil execução, contudo ela foi integrada no PMDFCI para que não exista qualquer entrave a possíveis candidaturas a fundos comunitários ou outros programas que surjam no âmbito da DFCL, porém rede secundária tem os responsáveis pela gestão identificados no Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de junho (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro), contudo realizou-se a planificação, meramente indicativa, das faixas de edificações integradas em espaços rurais e aglomerados populacionais, uma vez que esta não se sobrepõe à lei.

Qualquer intervenção em áreas que se situam dentro dos limites abrangidos pela Rede Natura 2000, devem seguir o Plano Sectorial da Rede Natura 2000, e as obrigações decorrentes da necessidade de parecer prévio do ICNF, para que não sejam destruídos valores importantes de conservação e biodiversidade.

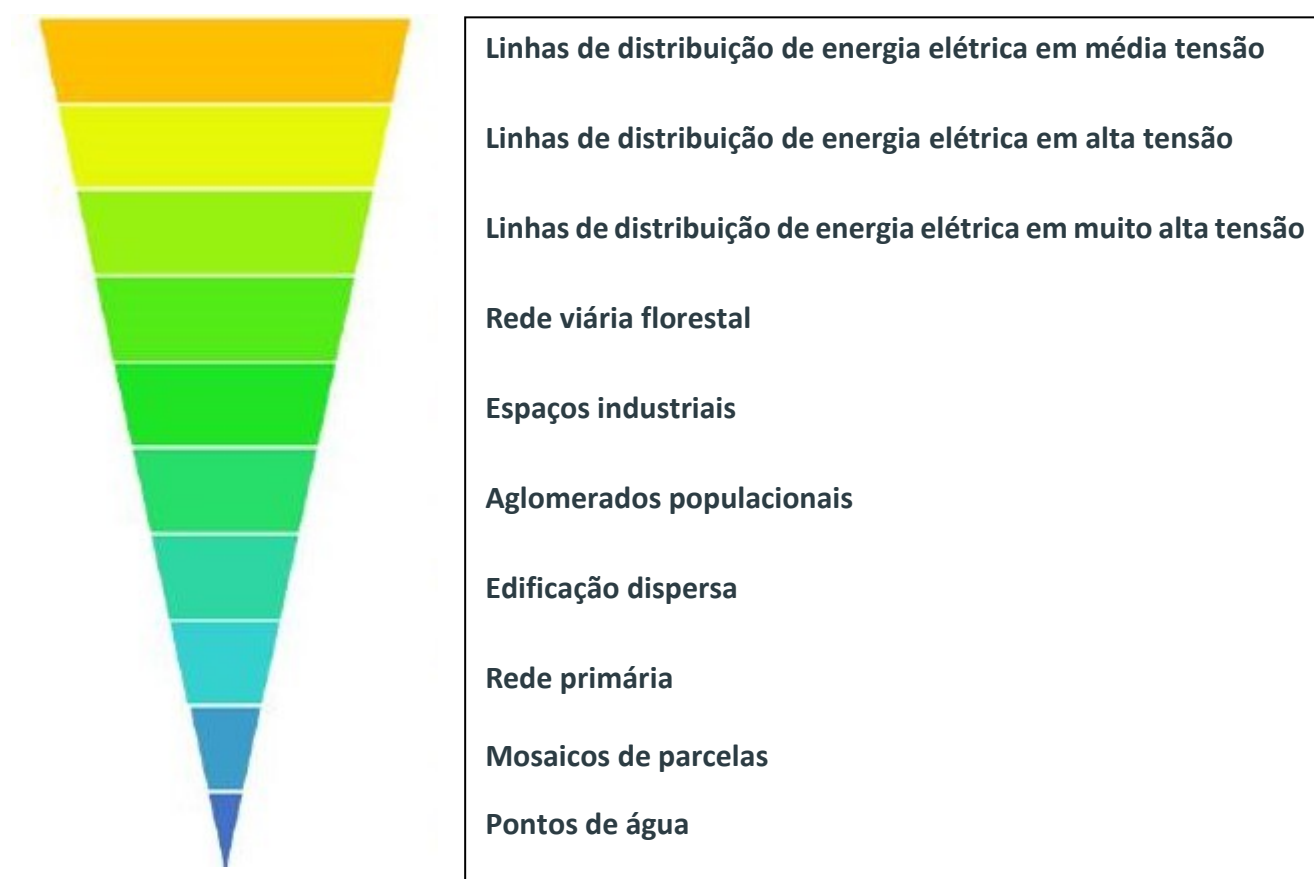
Para a execução das ações planeadas para o período 2020-2029, estão previstos como meios de execução das FGC, MPGC, da responsabilidade do município, dos serviços da Equipa de Sapadores Florestais, no âmbito do plano de atividades e ao abrigo do protocolo celebrado entre o município de Alcoutim e Associação Cumeadas. Também o recurso a empresas de prestação de serviços por parte do município e privados, e meios próprios.

No que refere à beneficiação da rede viária florestal e pontos de água municipais esta prevista a utilização de meios do município e recurso a empresas de prestação de serviço.

Relativamente ao financiamento esta previsto o financiamento por parte da autarquia, privados e fundos comunitários.

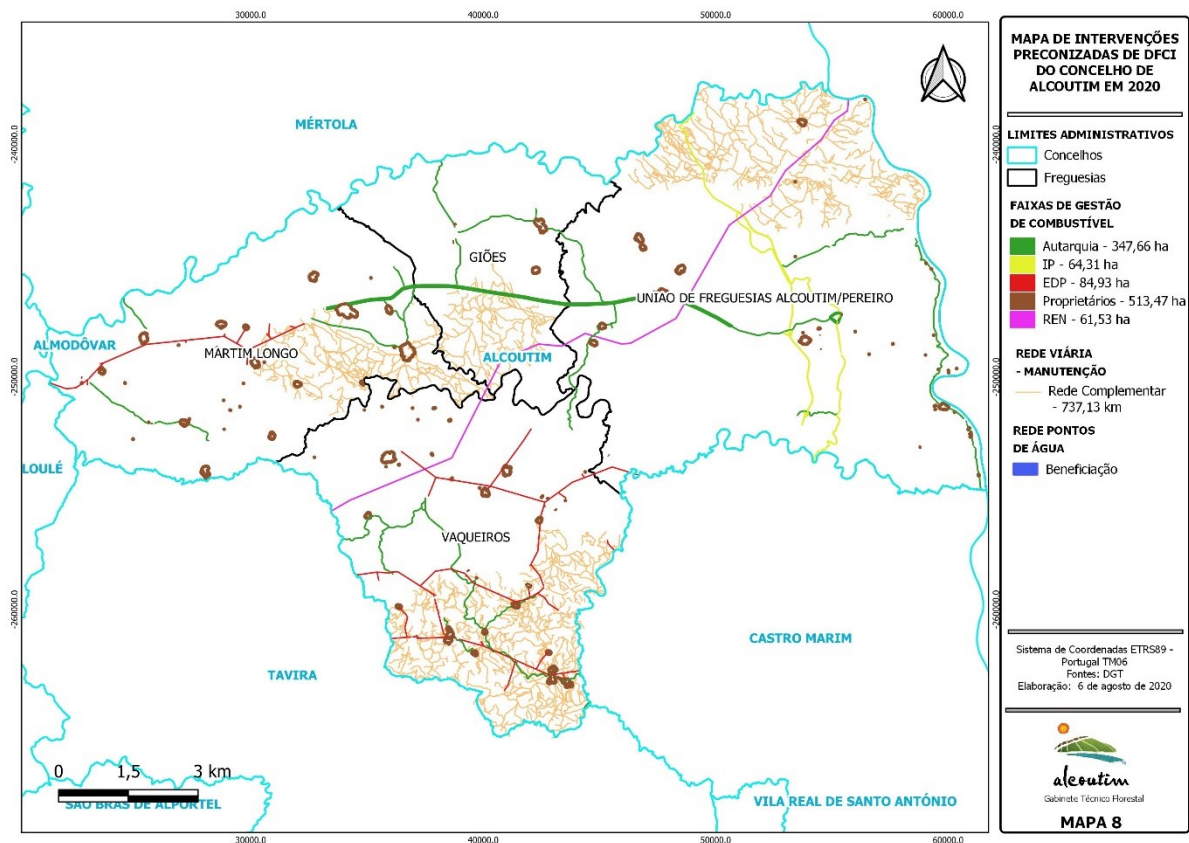
No âmbito da criação da RFGC e com o objetivo da não duplicação de entidades a intervir no mesmo espaço houve necessidade de atribuir critérios para a sua execução. Assim, a responsabilidade de execução das FGC é atribuída pela seguinte ordem:

Figura 1 – Priorização de execução das faixas de gestão de combustível no concelho de Alcoutim

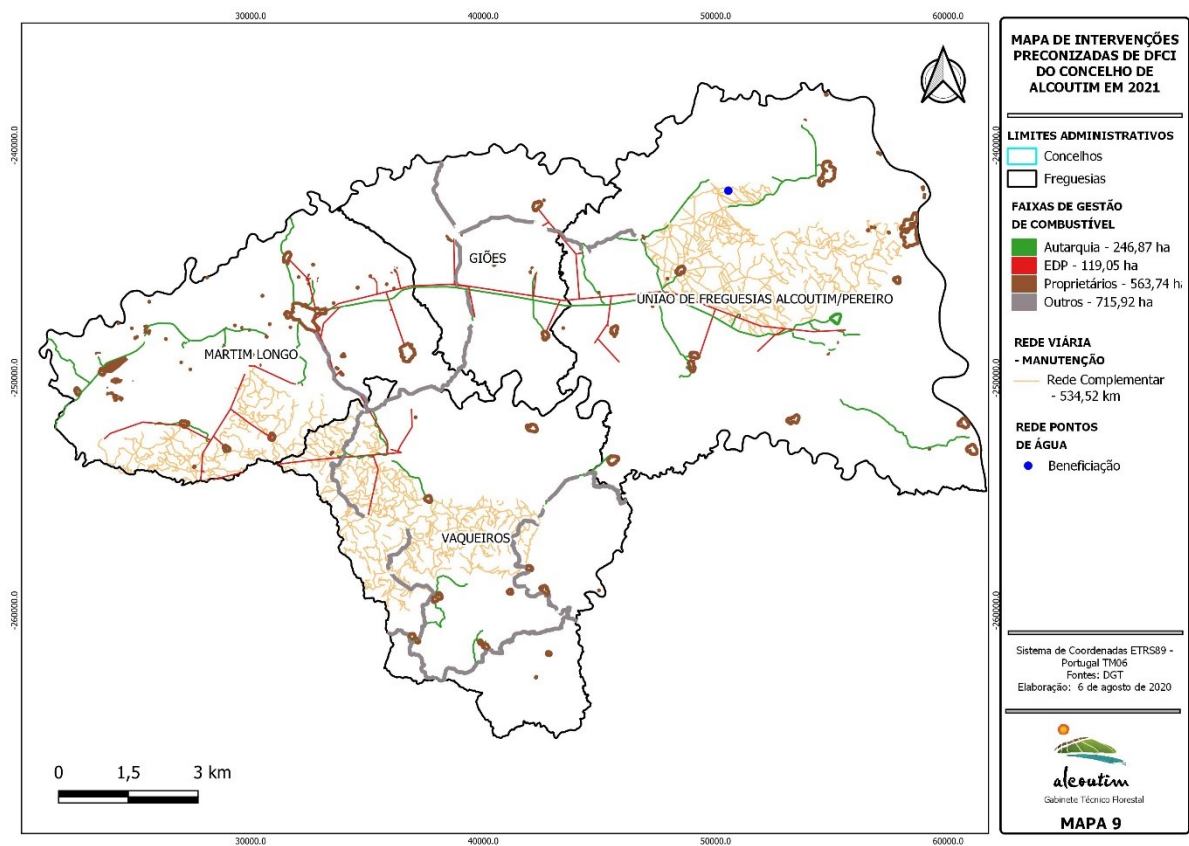


Quando as áreas a submeter a trabalhos de gestão de combustível pelas linhas de distribuição de energia elétrica de alta e muito alta tensão se intersetem com outras FGC, a execução dos trabalhos de gestão de combustível é em função do planeamento apresentado e aprovado para o ano em questão, tendo sempre em consideração que a calendarização é previsional, e a periodicidade das intervenções deve ser revista em função do desenvolvimento da vegetação, e sem colocar em causa os critérios definidos na legislação em vigor.

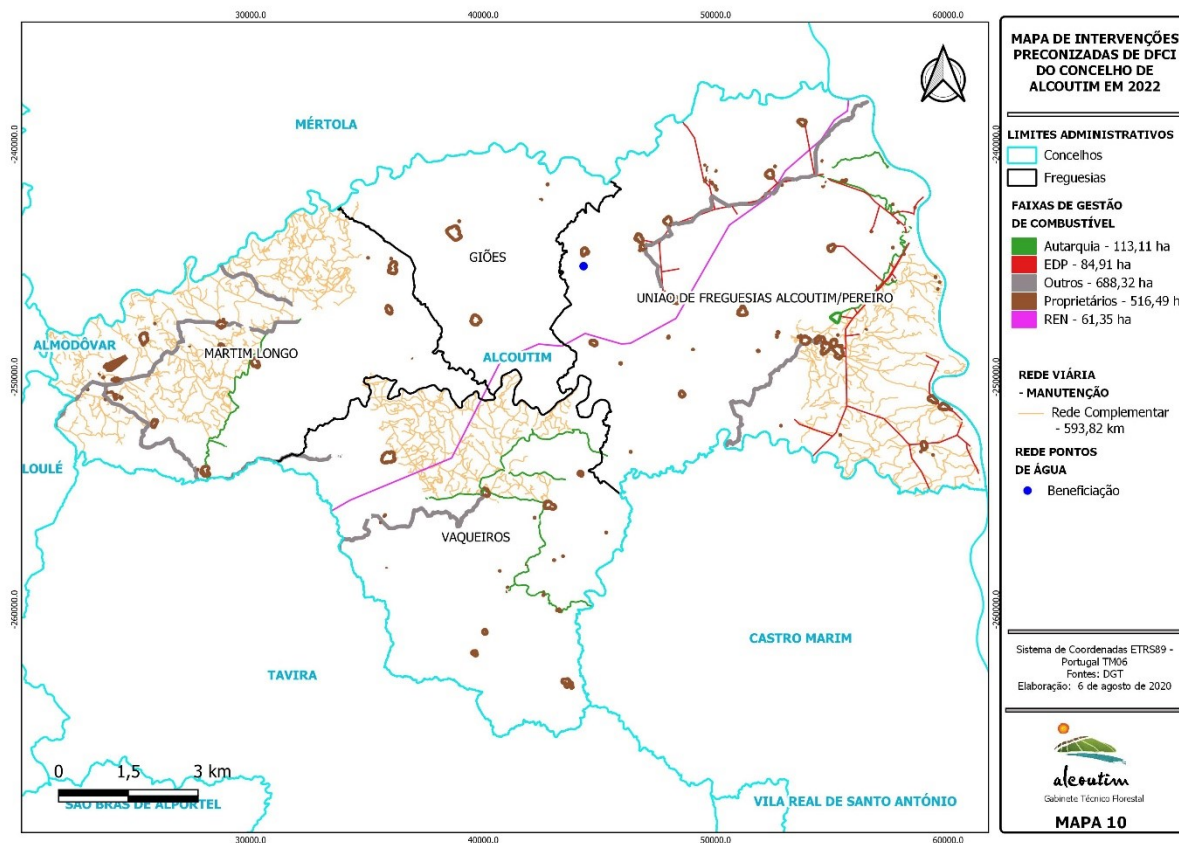
Todas as intervenções devem estar em consonância com as boas práticas florestais, e não dispensam a necessidade de outros pedidos de autorização que sejam necessários no âmbito da legislação em vigor.



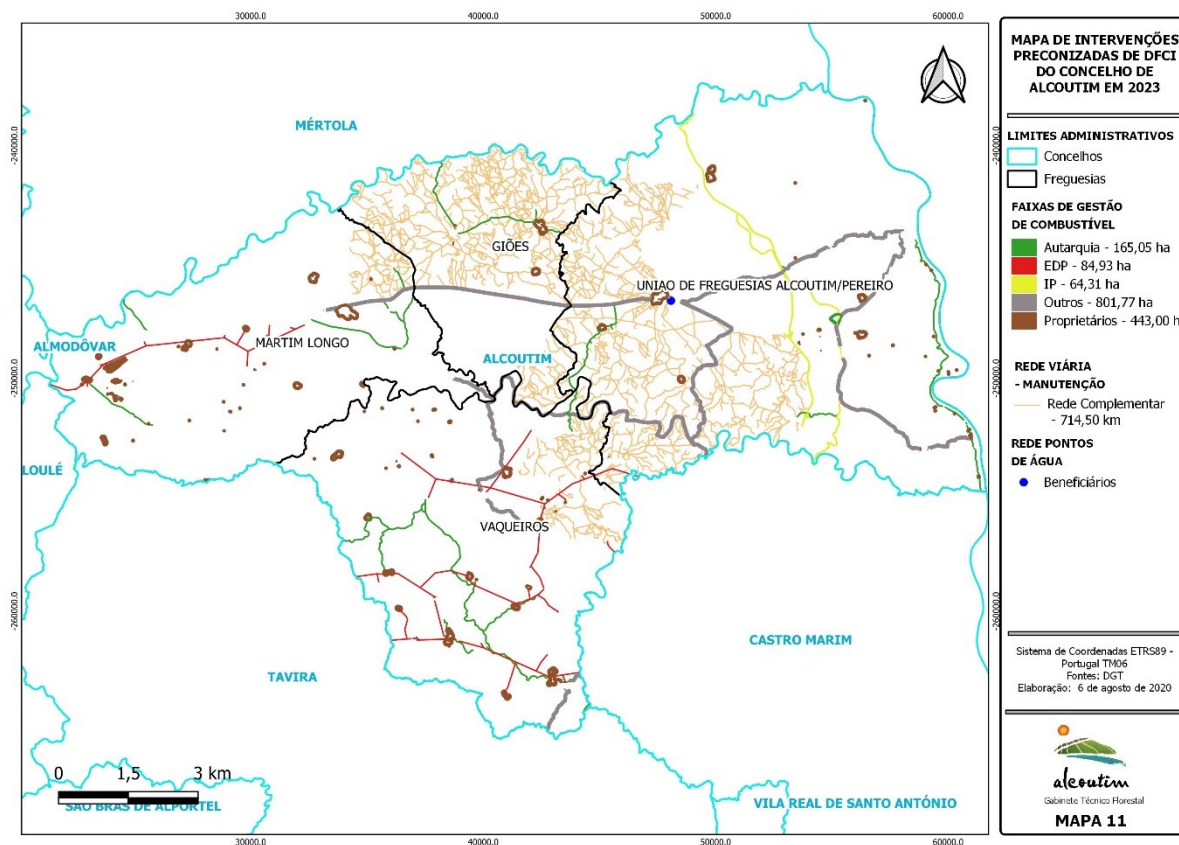
Mapa 8 – Mapa de intervenções preconizadas de DFCI do concelho de Alcoutim para 2020



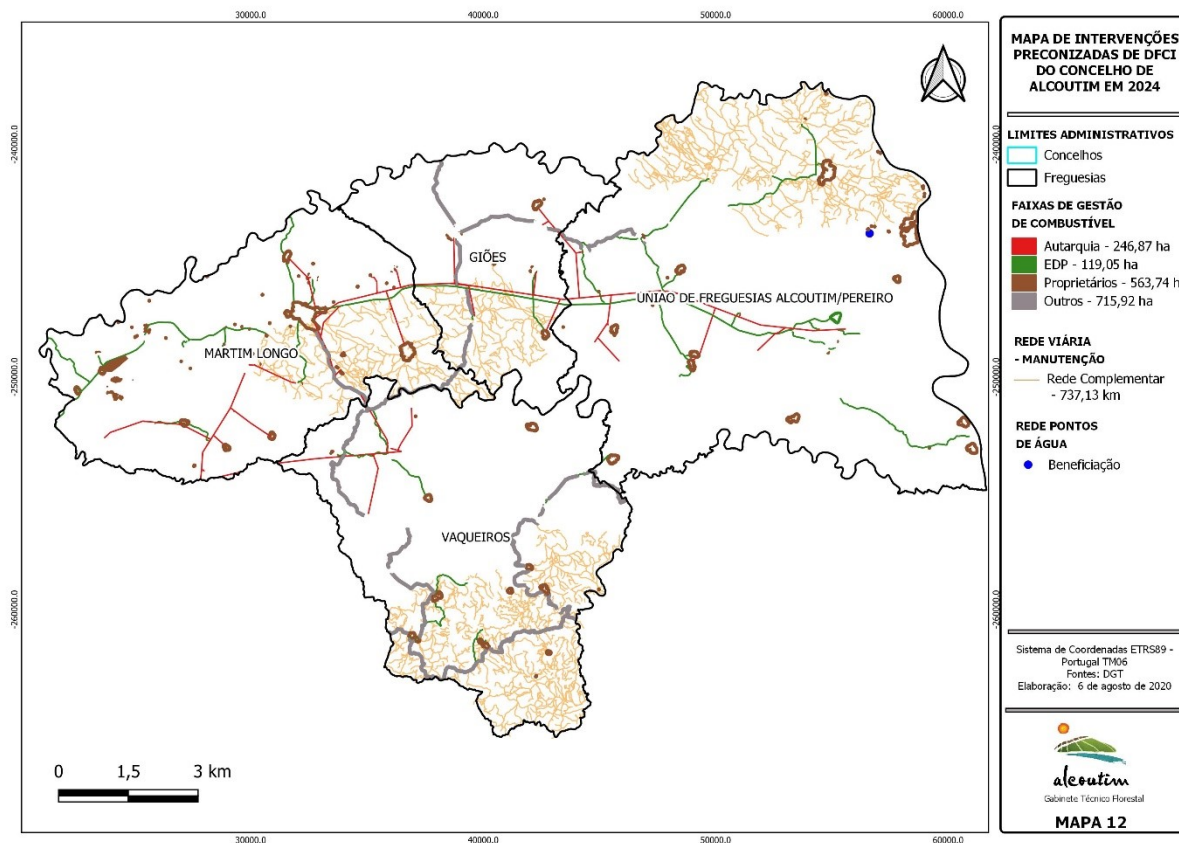
Mapa 9 – Mapa de intervenções preconizadas de DFCI do concelho de Alcoutim para 2021



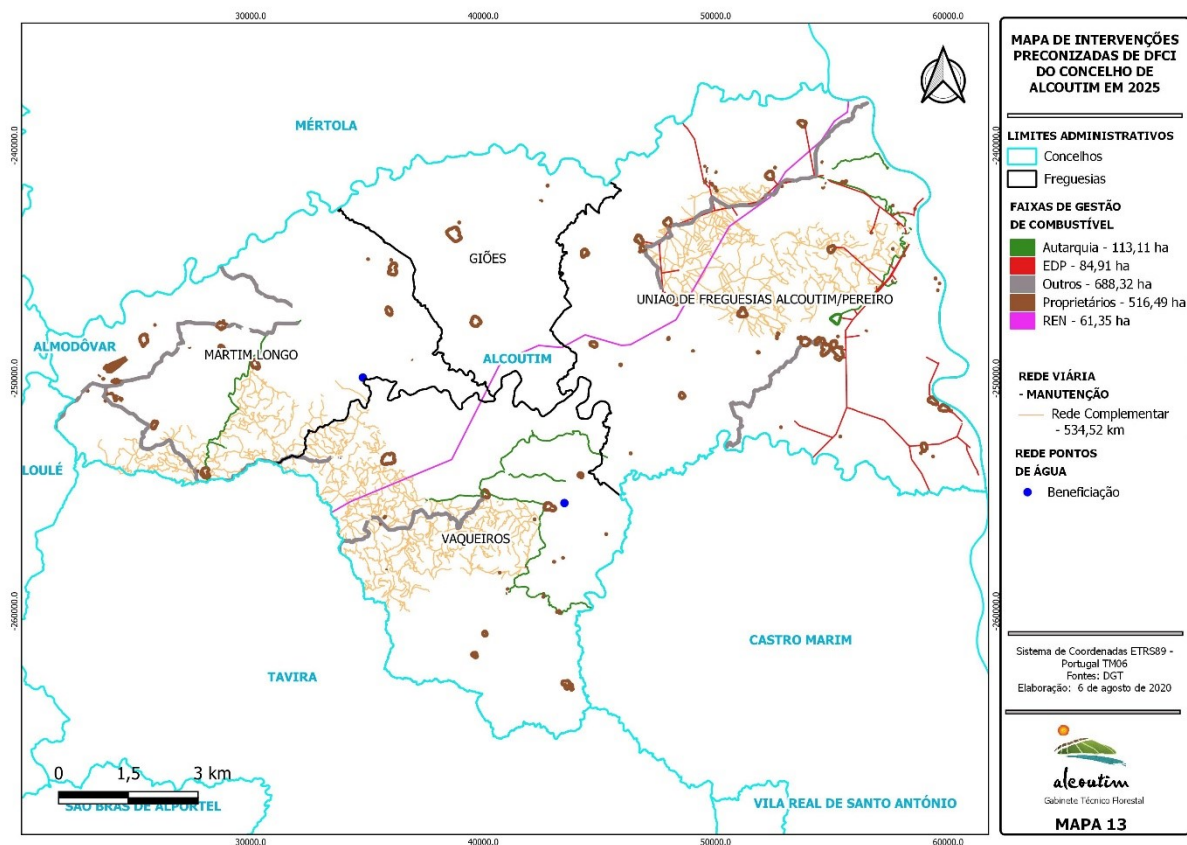
Mapa 10 – Mapa de intervenções preconizadas de DFCI do concelho de Alcoutim para 2022



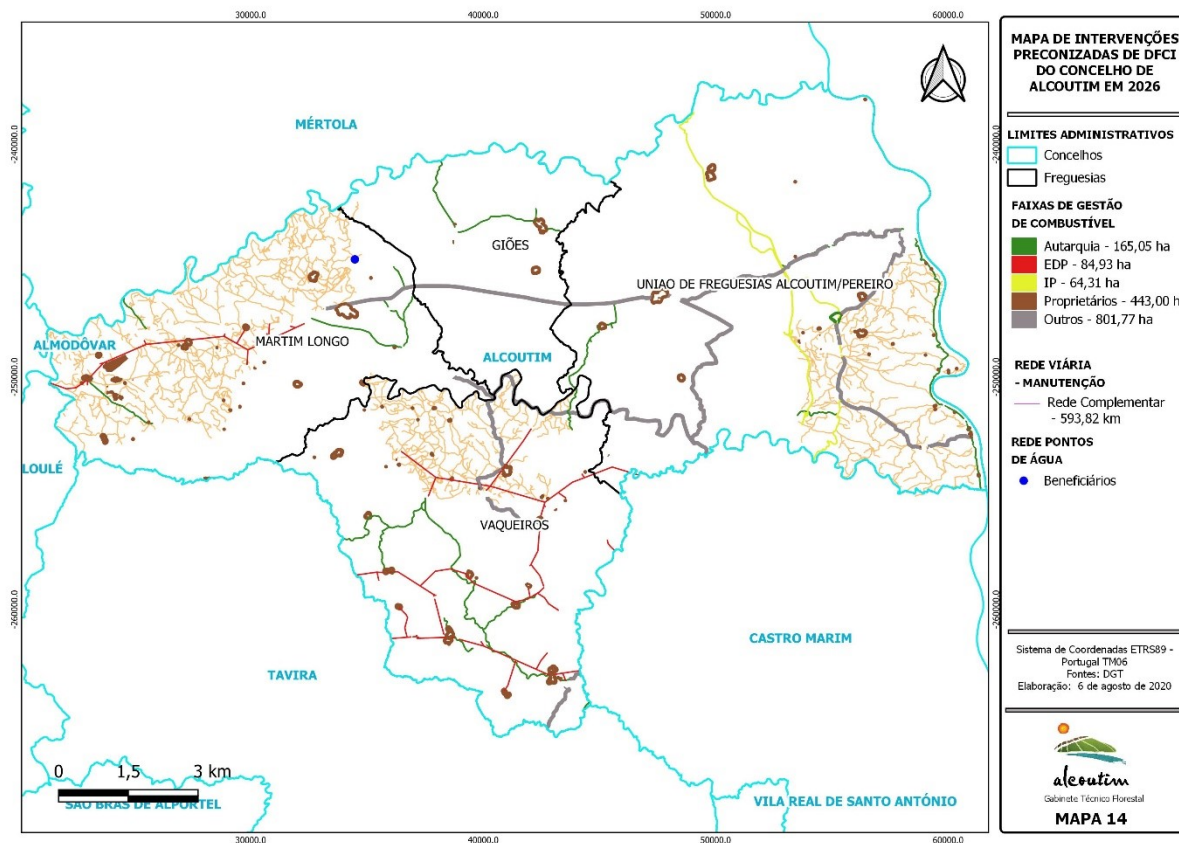
Mapa 11 – Mapa de intervenções preconizadas de DFCI do concelho de Alcoutim para 2023



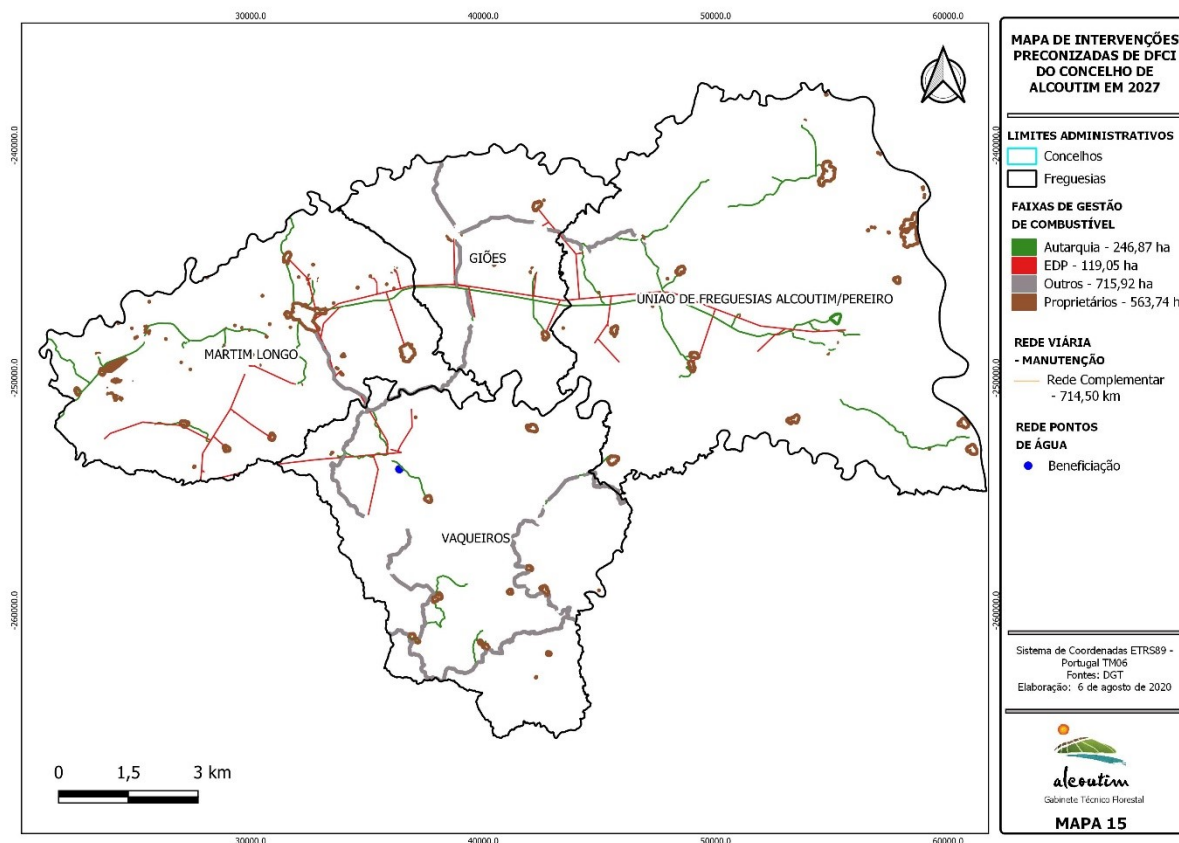
Mapa 12 – Mapa de intervenções preconizadas de DFCI do concelho de Alcoutim para 2024



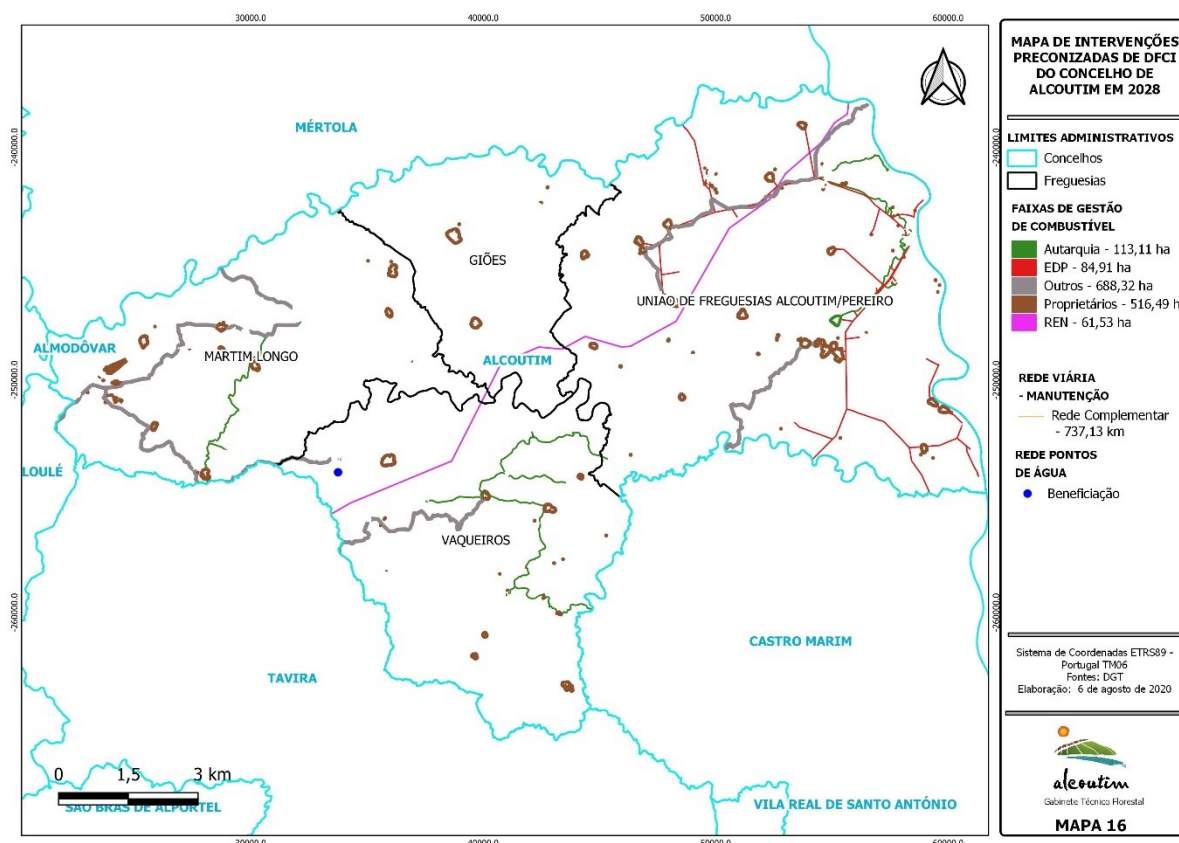
Mapa 13 – Mapa de intervenções preconizadas de DFCI do concelho de Alcoutim para 2025



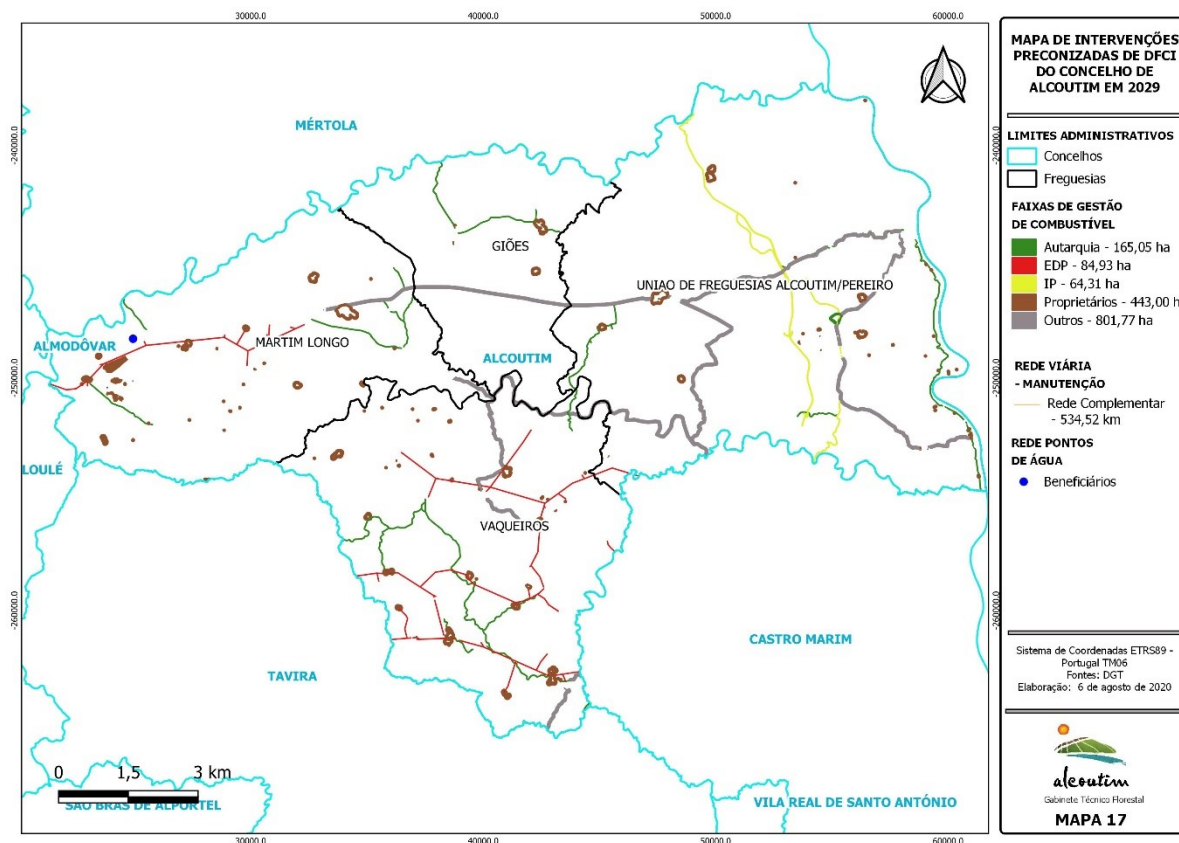
Mapa 14 – Mapa de intervenções preconizadas de DFCI do concelho de Alcoutim para 2026



Mapa 15 – Mapa de intervenções preconizadas de DFCI do concelho de Alcoutim para 2027



Mapa 16 – Mapa de intervenções preconizadas de DFCI do concelho de Alcoutim para 2028



Mapa 17 – Mapa de intervenções preconizadas de DFCI do concelho de Alcoutim para 2029

A. Rede de Faixas de Gestão de Combustível

No quadro 3 é apresentada a distribuição da área (ha) com necessidades de intervenção, por código da descrição da faixa de gestão de combustível e por ano, para o período de vigência do PMDFCI.

Quadro 2 – Descrição dos códigos das Faixas de Gestão de Combustível (FGC)

Descrição da Faixa de Gestão de Combustível (FGC)	
1	Faixa de proteção de 50 m à volta das edificações integradas em espaços rurais (habitações, estaleiros, armazéns, oficinas, fabricas ou outros equipamentos)
2	Faixa exterior de proteção, de largura mínima não inferior a 100 m, nos aglomerados populacionais
3	Faixa envolvente, de largura mínima não inferior a 100 m, nos parques de campismo, parques e polígonos industriais, plataformas de logística e aterros sanitários
4	Faixa lateral de terreno confinante à rede viária florestal numa largura não inferior a 10 m, nos espaços florestais
7	Faixa correspondente à projeção vertical dos caos condutores exteriores das linhas de transporte e distribuição de energia elétrica em muito alta tensão, acrescidos de uma faixa de largura não inferior a 10 m para cada um dos lados, nos espaços florestais
8	Redes primárias de faixas de gestão de combustível, com 125 m de largura
10	Faixa correspondente à projeção vertical dos caos condutores exteriores das linhas de transporte e distribuição de energia elétrica em média tensão, acrescidos de uma faixa de largura não inferior a 7 m para cada um dos lados, nos espaços florestais
11	Mosaico de parcelas de gestão de combustível

Quadro 3 – Intervenção nas faixas de gestão de combustível para o período (2020/2029) no concelho de Alcoutim

		Código de Faixa de Gestão de Combustível							
		1	2	3	4	7	8	10	11
Área Total		240,65	1094,98	46,99	559,49	61,53	2206,01	288,89	50,35
2020	Com	82,07	407,01	34,83	245,53	61,53	156	84,93	50,35
	Sem	158,58	687,97	12,16	313,96	0	2050,01	203,96	0
2021	Com	82	431,39	10,44	236,43	0	715,92	119,05	50,35
	Sem	158,65	663,59	36,55	323,06	61,53	1490,09	169,84	0
2022	Com	76,58	377,4	22,6	102,67	61,53	688,32	84,91	50,35
	Sem	164,07	717,58	24,39	456,82	0	1517,69	203,98	0
2023	Com	82,07	286,19	34,83	218,92	0	801,77	84,93	50,35
	Sem	158,58	808,79	12,16	340,57	61,53	1404,24	203,96	0
2024	Com	82	431,39	10,44	236,43	0	715,92	119,05	50,35
	Sem	158,65	663,59	36,55	323,06	61,53	1490,09	169,84	0
2025	Com	76,58	377,4	22,6	102,67	61,53	688,32	84,91	50,35
	Sem	164,07	717,58	24,39	456,82	0	1517,69	203,98	0
2026	Com	82,07	286,19	34,83	218,92	0	801,77	84,93	50,35
	Sem	158,58	808,79	12,16	340,57	61,53	1404,24	203,96	0
2027	Com	82	431,39	10,44	236,43	0	715,92	119,05	50,35
	Sem	158,65	663,59	36,55	323,06	61,53	1490,09	169,84	0

2028	Com	76,58	377,4	22,6	102,67	61,53	688,32	84,91	50,35
	Sem	164,07	717,58	24,39	456,82	0	1517,69	203,98	0
2029	Com	82,07	286,19	34,83	218,92	0	801,77	84,93	50,35
	Sem	158,58	808,79	12,16	340,57	61,53	1404,24	203,96	0

As novas edificações no espaço rural, em áreas florestais, ocupações de matos ou pastagens naturais, fora das áreas edificadas consolidadas, deverão garantir uma distância à extrema da propriedade de uma faixa de proteção nunca inferior a 50 m de acordo com o esquema apresentado. No caso, de áreas agrícolas, esta faixa de proteção não pode ser inferior a 10 metros da extrema da propriedade.

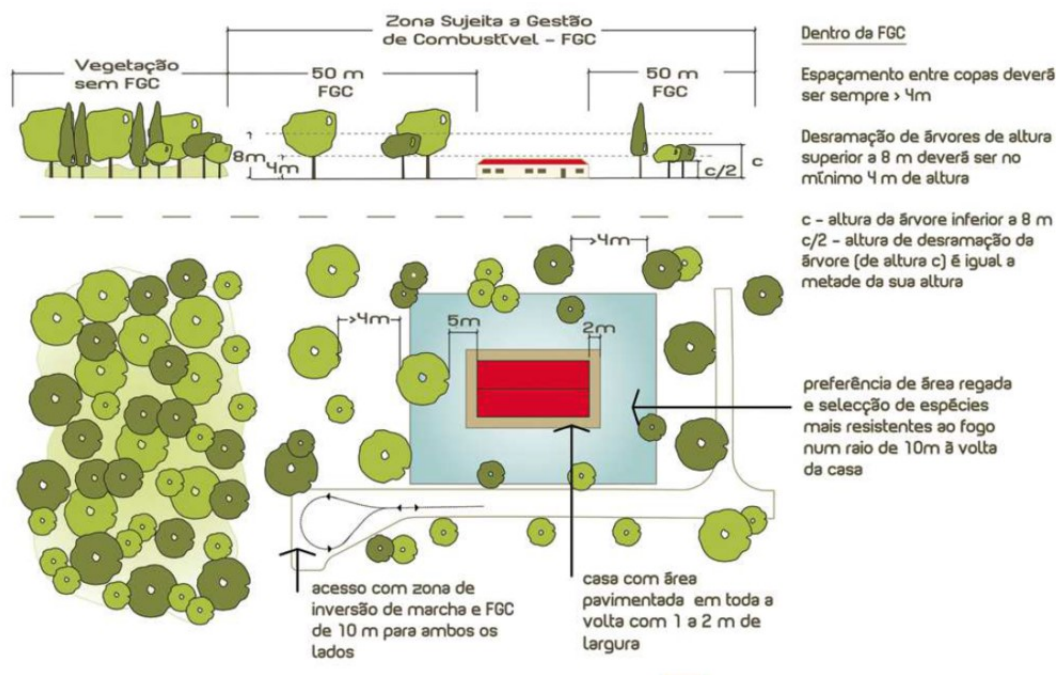


Figura 2 – Esquema de Proteção de Habitações

De acordo com o n.º 2 do Art. 16.º do decreto-lei n.º 124/2006, de 28/06 com a atual redação dada pela Lei n.º 76/2017 de 17 de agosto *“fora das áreas edificadas consolidadas não é permitida a construção de novos edifícios nas áreas classificadas na cartografia de perigosidade de incêndio rural definida no PMDFCI como de alta e muito alta perigosidade”*.

No entanto, é de salientar que, nas áreas classificadas na cartografia de perigosidade de incêndio rural definida no PMDFCI como média, baixa e muito baixa perigosidade, a implantação de novos edifícios e a ampliação de edifícios existentes é permitida, desde que cumpram os seguintes condicionalismos:

- Garantir, na sua implantação no terreno, a distância à extrema da propriedade de uma faixa de proteção nunca inferior a 50 m, quando confinantes com terrenos ocupados com floresta, matos ou pastagens naturais, ou a dimensão definida no PMDFCI respetivo, quando inseridas ou confinantes com outras ocupações, de acordo com os critérios estabelecidos no anexo ao presente decreto-lei;
- Adotar medidas relativas à contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios no edifício e nos respetivos acessos;

c) Existência de parecer favorável da CMDF.

Em casos excecionais e a pedido do interessado, a construção de novos edifícios ou o aumento da área de implantação de edifícios existentes destinados exclusivamente ao turismo de habitação, ao turismo no espaço rural, à atividade agrícola, silvícola, pecuária, aquícola, entre outras, pode ser reduzida até 10 metros a distância à estrema da propriedade da faixa de proteção (n.º 5 do art.º 16º). A referida exceção não derroga o estabelecido no n.º 2 do mesmo artigo, que proíbe a construção de novos edifícios fora das áreas edificadas consolidadas e classificadas na cartografia de perigosidade de incêndio rural como de alta e muito alta perigosidade.

As distâncias referidas no número anterior são medidas a partir do perímetro das paredes exteriores da edificação e até às estremas da propriedade, exceto quando sejam intercetadas ou limitadas pela rede secundária ou primária estabelecida, infraestruturas viárias ou planos de água, a área destas é contabilizada na distância mínima exigida para aquela faixa de proteção.

B. Rede Viária Florestal

Quadro 4 – Intervenção na rede viária florestal para o período (2020/2024) no concelho de Alcoutim

Rede Viária Florestal	Rede Viária Com Intervenção - Km					
	2020	2021	2022	2023	2024	Total (2020/2024)
1º Ordem	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º Ordem	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rede Complementar	737,13	534,52	593,82	714,50	737,13	3317,10

Quadro 5 – Sem Intervenção na rede viária florestal para o período (2020/2024) no concelho de Alcoutim

Rede Viária Florestal	Rede Viária Sem Intervenção - Km					
	2020	2021	2022	2023	2024	
1º Ordem	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2º Ordem	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Rede Complementar	2338,76	2541,37	2482,07	2361,39	2338,76	

Quadro 6 – Intervenção na rede viária florestal para o período (2025/2029) no concelho de Alcoutim

Rede Viária Florestal	Rede Viária Com Intervenção - Km					
	2025	2026	2027	2028	2029	Total (2025/2029)
1º Ordem	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º Ordem	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rede Complementar	534,52	593,82	737,13	737,13	534,52	3137,12

Quadro 7 – Sem Intervenção na rede viária florestal para o período (2025/2029) no concelho de Alcoutim

Rede Viária Florestal	Rede Viária Sem Intervenção - Km				
	2025	2026	2027	2028	2029
1ª Ordem	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2ª Ordem	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rede Complementar	2541,37	2482,07	2338,76	2338,76	2541,37

C. Rede de Pontos de Água

Os pontos de água apresentados no quadro 4, representam os pontos de água com maior probabilidade de operacionalidade em períodos de maior risco.

Quadro 8 – Intervenção na rede de pontos de água para o período (2020/2029) no concelho de Alcoutim

Id Pontos Água	Tipo	Classe	Volume m³	Ano/ Tipo de Intervenção (C – Construção/M – Manutenção)									
				20	21	22	23	24	25	26	27	28	29
77	211	M	3 000 000					M					
21	212	M	43 200						M				
11	212	T	28 800							M			
44	212	M			M								
106	212	M	30 000									M	
86	212	M	360 000				M						
129	211	M	300 000										M
123	212	T	40 000						M				
32	214	M				M							
104	212	M	45 000								M		

D. Metas e Indicadores – Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais para o período (2020/2029) no concelho de Alcoutim

As ações previstas assentam, sobretudo, na promoção da gestão de combustíveis através da manutenção e beneficiação das faixas de gestão de combustíveis, rede viária florestal e rede de pontos de água.

As operações a realizar serão basicamente as seguintes:

- Faixas de gestão de combustíveis: Gradagem, limpeza manual de mato com moto roçadora, desramações e, caso se justifique, correção de densidades. Uma vez que estas faixas não estão criadas estas operações correspondem à sua construção.
- Rede viária: estando este concelho dotado com uma boa cobertura de rede viária, não se justifica qualquer tipo de construção, estando apenas previsto a sua manutenção. Para tal, serão realizadas operações de regularização do piso e, caso se justifique, serão construídas passagens em vau ou colocadas manilhas para o atravessamento de pequenas linhas de água.

- Pontos de água: nos pontos já existentes pretende-se melhorar o local de abastecimentos com a melhoria da plataforma de acesso às viaturas.

Quadro 9 – Metas e indicadores das faixas de gestão de combustíveis

Descrição das Faixas de Gestão de Combustíveis	Meta	Indicadores Mesuráveis									
		2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
1 - Edificações integradas em espaços rurais	Gesta de Combustível	82,07	82,00	76,58	82,07	82,00	76,58	82,07	82,00	76,58	82,07
2 - Aglomerados Populacionais		407,01	431,39	377,40	286,19	431,39	377,40	286,19	431,39	377,40	286,19
3 - Parques e polígonos industriais		34,83	10,44	10,44	34,83	10,44	22,60	34,83	10,44	22,60	34,83
4 - Rede viária florestal		245,53	236,43	102,67	218,92	236,43	102,67	218,92	236,43	102,67	218,92
7 - Linhas elétricas em muito alta tensão		61,53	0,00	61,53	0,00	0,00	61,53	0,00	0,00	61,53	0,00
8 - Rede primária de faixas de gestão de combustível		156,00	715,92	688,32	801,77	715,92	688,32	801,77	715,92	688,32	801,77
10 - Linhas elétricas em média tensão		84,93	119,05	84,91	84,93	119,05	84,91	84,93	119,05	84,91	84,93
11 - Mosaicos de parcelas de gestão de combustível		50,35	50,35	50,35	50,35	50,35	50,35	50,35	50,35	50,35	50,35

Quadro 10 – Metas e indicadores da rede viária florestal

Rede Viária Florestal	Meta	Indicadores mesuráveis (km)									
			2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
1ª Ordem	Manutenção Beneficição	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2ª Ordem		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Rede Complementar		737,13	534,52	593,82	714,50	737,13	534,52	593,82	737,13	737,13	534,52

Quadro 11 – Metas e indicadores dos pontos de água

Classe de Pontos de Água	Meta	Indicadores mesuráveis (unidades)									
		2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
Misto	Manutenção Beneficição	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1
Terrestre		0	0	0	0	0	1	1	0	0	0

E. Orçamento e Responsáveis – Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais para o período (2020/2029) no concelho de Alcoutim

O orçamento apresentado no quadro abaixo tem por base valores-padrão para as operações previstas e informação direta das entidades responsáveis.

Quadro 12 – Estimativa de orçamento e responsáveis para a execução das faixas de gestão de combustíveis por ano (2020/2024)

Descrição das Faixas de Gestão de Combustíveis	Responsáveis	Estimativa de orçamento (€)					Total (2020/2024)
		2020	2021	2022	2023	2024	
1 - Edificações integradas em espaços rurais	Proprietários	42 676,40 €	42 640,00 €	39 821,60 €	42 676,40 €	42 640,00 €	210 454,40 €
2 - Aglomerados Populacionais	Proprietários	211 645,20 €	224 322,80 €	196 248,00 €	148 818,80 €	224 322,80 €	1 005 357,60 €
3 - Parques e polígonos industriais	Autarquia	18 111,60 €	5 428,80 €	5 428,80 €	18 111,60 €	5 428,80 €	52 509,60 €
4 - Rede viária florestal	Autarquia IP	127 675,60 €	122 943,60 €	53 388,40 €	113 838,40 €	122 943,60 €	540 789,60 €
7 - Linhas elétricas em muito alta tensão	REN	67 683,00 €	- €	67 683,00 €	- €	- €	135 366,00 €
8 - Rede primária de faixas de gestão de combustível	Proprietários	108 888,00 €	499 712,16 €	480 447,36 €	559 635,46 €	499 712,16 €	2 148 395,14 €
10 - Linhas elétricas em média tensão	EDP	109 725,31 €	153 806,65 €	109 699,47 €	109 725,31 €	153 806,65 €	636 763,40 €
11 - Mosaicos de parcelas de gestão de combustível	Proprietários	10 070,00 €	10 070,00 €	10 070,00 €	10 070,00 €	10 070,00 €	50 350,00 €
Total por Ano		696 475,11 €	1 058 924,01 €	962 786,63 €	1 002 875,97 €	1 058 924,01 €	4 779 985,74 €

Quadro 13 – Estimativa de orçamento e responsáveis para a execução das faixas de gestão de combustíveis por ano (2025/2029)

Descrição das Faixas de Gestão de Combustíveis	Responsáveis	Estimativa de orçamento (€)					Total (2026/2029)
		2025	2026	2027	2028	2029	
1 - Edificações integradas em espaços rurais	Proprietários	39 821,60 €	42 676,40 €	42 640,00 €	39 821,60 €	42 676,40 €	207 636,00 €
2 - Aglomerados Populacionais	Proprietários	196 248,00 €	148 818,80 €	224 322,80 €	196 248,00 €	148 818,80 €	914 456,40 €
3 - Parques e polígonos industriais	Autarquia	11 752,00 €	18 111,60 €	5 428,80 €	11 752,00 €	18 111,60 €	65 156,00 €
4 - Rede viária florestal	Autarquia IP	53 388,40 €	113 838,40 €	122 943,60 €	53 388,40 €	113 838,40 €	457 397,20 €
7 - Linhas elétricas em muito alta tensão	REN	67 683,00 €	- €	- €	67 683,00 €	- €	135 366,00 €
8 - Rede primária de faixas de gestão de combustível	Proprietários	480 447,36 €	559 635,46 €	499 712,16 €	480 447,36 €	559 635,46 €	2 579 877,80 €
10 - Linhas elétricas em média tensão	EDP	109 699,47 €	109 725,31 €	153 806,65 €	109 699,47 €	109 725,31 €	592 656,22 €

11 - Mosaicos de parcelas de gestão de combustível	Proprietários	10 070,00 €	10 070,00 €	10 070,00 €	10 070,00 €	10 070,00 €	50 350,00 €
Total por Ano		969 109,83 €	1 002 875,97 €	1 058 924,01 €	969 109,83 €	1 002 875,97 €	5 002 895,62 €

Quadro 14 – Estimativa de orçamento e responsáveis para a rede viária por ano (2020/2024)

Rede Viária Florestal	Responsáveis	Estimativa de orçamento (€)					Total (2020/2024)
		2020	2021	2022	2023	2024	
1º Ordem	Autarquia	- €	- €	- €	- €	- €	- €
2º Ordem		- €	- €	- €	- €	- €	- €
Rede Complementar		73 713,00 €	53 452,00 €	59 382,00 €	71 450,00 €	73 713,00 €	331 710,00 €
Total por Ano		73 713,00 €	53 452,00 €	59 382,00 €	71 450,00 €	73 713,00 €	331 710,00 €

Quadro 15 – Estimativa de orçamento e responsáveis para a rede viária por ano (2025/2029)

Rede Viária Florestal	Responsáveis	Estimativa de orçamento (€)					Total (2025/2029)
		2025	2026	2027	2028	2029	
1º Ordem	Autarquia	- €	- €	- €	- €	- €	- €
2º Ordem		- €	- €	- €	- €	- €	- €
Rede Complementar		53 452,00 €	59 382,00 €	73 713,00 €	73 713,00 €	53 452,00 €	313 712,00 €
Total por Ano		53 452,00 €	59 382,00 €	73 713,00 €	73 713,00 €	53 452,00 €	313 712,00 €

Quadro 16 – Estimativa de orçamento e responsáveis para a rede de pontos de água por ano (2020/2024)

Classe de Pontos de Água	Responsáveis	Estimativa de orçamento (€)					Total (2020/2024)
		2020	2021	2022	2023	2024	
Misto	Autarquia	- €	2 000,00 €	2 000,00 €	2 000,00 €	2 000,00 €	8 000,00 €
Terrestre	Proprietários	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total por Ano		- €	2 000,00 €	2 000,00 €	2 000,00 €	2 000,00 €	8 000,00 €

Quadro 17 – Estimativa de orçamento e responsáveis para a rede de pontos de água por ano (2025/2029)

Classe de Pontos de Água	Responsáveis	Estimativa de orçamento (€)					Total (2025/2029)
		2025	2026	2027	2028	2029	
Misto	Autarquia	2 000,00 €	- €	2 000,00 €	2 000,00 €	2 000,00 €	8 000,00 €
Terrestre	Proprietários	2 000,00 €	2 000,00 €	- €	- €	- €	4 000,00 €
Total por Ano		4 000,00 €	2 000,00 €	2 000,00 €	2 000,00 €	2 000,00 €	12 000,00 €

Quadro 18 – Estimativa Total de Orçamento – Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais para o período (2020/2024)

	Estimativa de orçamento (€)					
	2020	2021	2022	2023	2024	Total (2020/2024)
Faixas de Gestão de Combustível	696 475,11 €	1 058 924,01 €	962 786,63 €	1 002 875,97 €	1 058 924,01 €	4 779 985,74 €
Rede Viária Florestal	73 713,00 €	53 452,00 €	59 382,00 €	71 450,00 €	73 713,00 €	331 710,00 €
Pontos de Água	- €	2 000,00 €	2 000,00 €	2 000,00 €	2 000,00 €	8 000,00 €
Total por Ano	770 188,11 €	1 114 376,01 €	1 024 168,63 €	1 076 325,97 €	1 134 637,01 €	5 119 695,74 €

Quadro 19 – Estimativa Total de Orçamento – Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais para o período (2025/2029)

	Estimativa de orçamento (€)					
	2025	2026	2027	2028	2029	Total (2025/2029)
Faixas de Gestão de Combustível	969 109,83 €	1 002 875,97 €	1 058 924,01 €	969 109,83 €	1 002 875,97 €	5 002 895,62 €
Rede Viária Florestal	53 452,00 €	59 382,00 €	73 713,00 €	73 713,00 €	53 452,00 €	313 712,00 €
Pontos de Água	4 000,00 €	2 000,00 €	2 000,00 €	2 000,00 €	2 000,00 €	12 000,00 €
Total por Ano	1 026 561,83 €	1 064 257,97 €	1 134 637,01 €	1 044 822,83 €	1 058 327,97 €	5 328 607,62 €

Quadro 20 – Estimativa Total de Orçamento para o período (2020/2029)

	Estimativa de orçamento (€)		
	Total (2020/2024)	Total (2025/2029)	Total (2020/2029)
Faixas de Gestão de Combustível	4 779 985,74 €	5 002 895,62 €	9 782 881,36 €
Rede Viária Florestal	331 710,00 €	313 712,00 €	645 422,00 €
Pontos de Água	8 000,00 €	12 000,00 €	20 000,00 €
Total por Ano	5 119 695,74 €	5 328 607,62 €	10 448 303,36 €

2º Eixo Estratégico – Reduzir a Incidência dos Incêndios

Uma implementação cuidada ao nível da prevenção tem como objetivo primordial diminuir o risco de incêndio, tanto ao nível de controlo das ignições como ao nível da propagação. Tendo em conta que a maioria dos incêndios são causados por atividade humana, é nesse sentido que a prevenção deverá incidir, assim como, reforço da fiscalização do cumprimento da lei e pela dissuasão dos comportamentos de risco e, pela adequação da ação policial.

Através de ações de sensibilização e informação da população, bem como, promoção do correto uso do fogo é de extrema importância educar a população em geral para que reconheça que a floresta é um bem comum a todos, com valor ambiental, económico e social. É necessário incutir-lhe a responsabilidade de a proteger de forma a servir gerações futuras, sendo para isso necessário eliminar comportamentos de risco.

Para definir as metas para as ações que consubstanciam o eixo estratégico – “reduzir a incidência dos incêndios”, teve-se em conta a informação base relativa à caracterização da população e análise do histórico e casualidade dos incêndios.

Objetivo Estratégico	- Sensibilizar e educar populações - Melhorar o conhecimento das causas dos incêndios e das suas motivações
Objetivos Operacionais	- Sensibilização da população - Sensibilização e educação escolar - Fiscalização
Ações	- Implementação de campanhas de sensibilização de acordo com os segmentos populacionais definidos pelas motivações e casualidades regional - Implementação de campanhas de sensibilização e educação escolar - Definir áreas prioritárias de fiscalização, tendo em consideração e identificação dos principais comportamentos de risco, o valor dos espaços florestais e a suscetibilidade à ignição

Avaliação

A. Comportamento de Risco

A identificação dos comportamentos de risco (quadro 18) e o conhecimento das causas e motivações dos incêndios florestais (diagnóstico) são fundamentais para definir as ações de sensibilização e educação das populações, quando se trata de causas diretamente associadas à negligência. Neste sentido, a sensibilização é assumida neste plano como uma importante “arma” contra os incêndios. Importa atuar junto das pessoas na consciencialização e alerta para os reais perigos que representam algumas práticas diárias, muitas vezes aliadas ao uso do fogo, particularmente nas alturas do ano mais propensas à existência de incêndios florestais.

Quadro 21 – Comportamento de Risco - Diagnóstico

Grupo Alvo	Comportamento de Risco			
	O Que?	Como?	Onde?	Quando?
População Geral	Uso Incorreto do Fogo	Confeção de Alimentos	Em todo o Concelho	Primavera/Verão
População Escolar	Uso Incorreto do Fogo	Brincadeiras de Crianças	Em todo o Concelho	Todo o Ano
Turista/Caravanista	Uso do Fogo	Fogueiras Cigarros	Em todo o Concelho	Todo o Ano
Agricultor/Proprietário Florestal	Uso Incorreto do Fogo	Queimas e Queimadas	Em todo o Concelho	Primavera/Verão
Automobilistas	Negligência	Cigarro	Em todo o Concelho	Todo o Ano
Apicultores	Desrespeito a Legislação	Realização de Fumigação	Em todo o Concelho	Todo o Ano
Caçadores	Negligência	Cigarro	Em todo o Concelho	Todo o Ano
Operadores de Máquinas	Desrespeito a Legislação	Utilização das Máquinas sem as devidas precauções	Em todo o Concelho	Primavera/Verão

B. Fiscalização

Neste ponto não se elaborou o quadro sugerido porque, no ano transato (2019) não se levantaram autos de notícia por contraordenação, nem foram instruídos quaisquer processos.

Planeamento de Ações

A. Sensibilização

A prevenção está relacionada com a informação, formação e educação de cada um, dado que, grande parte dos fogos florestais não foi possível identificar as causas. Torna-se assim importante, alertar, informar e consciencializar as pessoas, para os perigos que representam, em determinada altura do ano, algumas das práticas aliadas ao uso de fogo.

Esta medida deverá ser vista, cada vez mais, como um ponto-chave na prevenção, uma vez que a educação ambiental deverá ser encarada como um processo permanente e ativo por parte das populações na sua preservação e na solução dos problemas ambientais.

O público-alvo das ações de sensibilização (quadro 19) deverá ser toda a população do concelho de Alcoutim. A forma de atuação deverá divergir consoante a sua idade, profissão e os próprios objetivos das ações. Deste modo, as ações serão divididas da seguinte forma: população escolar, população rural e empresários ligados ao sector florestal e respetivos proprietários.

Os principais agentes responsáveis pela promoção destas tarefas são todas as entidades que fazem parte da Comissão Municipal de Defesa Contra Incêndios Florestais (CMDCIF) e Gabinete Técnico Florestal do município.

Quadro 22 – Proposta das ações de sensibilização

Ação 1 – CAMPANHA MUNICIPAL SOBRE INCÊNDIOS E USO CORRETO DO FOGO
DETALHE DA AÇÃO
Edição de aviso informativo sobre responsabilidades individuais ao nível da prevenção de incêndios;
Edição de aviso informativo sobre uso correto do fogo;
Edição de aviso informativo sobre as medidas a vigorar no período crítico;
Distribuição de material de futuras campanhas nacionais de sensibilização (ICNF, ANPC, GNR, etc.);
Realização de sessões de esclarecimento e sensibilização em todas as freguesias ao público em geral;
Realização de sessões de esclarecimento e sensibilização direcionadas aos empresários e proprietários florestais;
Disponibilização na página da internet do Município no link do gabinete de proteção civil e florestas do plano de defesa da floresta contra incêndios, do plano operacional municipal e difusão de conteúdos de risco de incêndio, legislação florestal, material de divulgação e sensibilização;
Avisos na agenda municipal e boletim de toda a informação referida nos pontos anteriores.

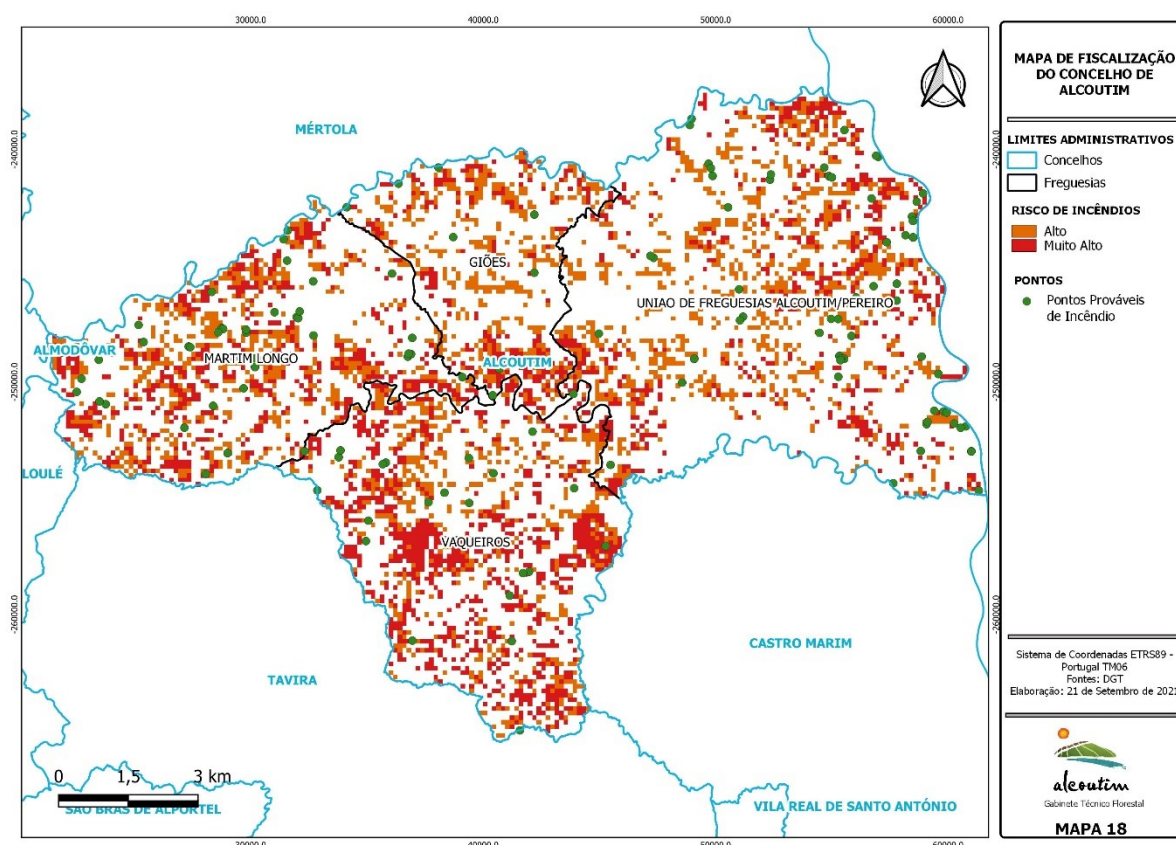
PÚBLICO-ALVO
Público em geral, com especial incidência nos agricultores e proprietários florestais.
EXECUÇÃO POR
CMDFCI coordenado pelo gabinete técnico florestal
Ação 2 – SENSIBILIZAÇÃO EM ESCOLAS DO 1º/2º/3º CICLO
DETALHE DA AÇÃO
Realização de sessões de sensibilização nas escolas com a presença de todos os agentes CMDFCI; Distribuição de material de diversas campanhas nacionais de sensibilização (ICNF, ANPC, GNR, etc.)
PÚBLICO-ALVO
População escolar.
EXECUÇÃO POR
CMDFCI coordenado pelo gabinete técnico florestal.
Ação 3 – COMEMORAÇÃO DE DIAS TEMATICOS
DETALHE DA AÇÃO
Atividades Lúdicas de sensibilização ambiental e prevenção incêndios nos dias temáticos (Dia Mundial da Floresta, Dia Mundial do Ambiente...)
PÚBLICO-ALVO
População escolar.
EXECUÇÃO POR
Município de Alcoutim

B. Fiscalização

A sensibilização da população tem um papel muito relevante na mudança de comportamentos de risco. Contudo, por vezes esta ação por si só não é suficiente, sendo por esse motivo necessário a existência de ações de fiscalização de forma a garantir a legislação em vigor, mais concretamente o Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, nomeadamente ao nível de gestão de combustíveis nos espaços florestais confinantes com edificações, aglomerados populacionais.

As ações de fiscalização terão como principal objetivo corrigir as atividades da população, no sentido de minimizar os incumprimentos e consequentemente diminuir o número de ocorrências de incêndios florestais e a área ardida.

Tendo em conta a análise dos comportamentos de risco, os pontos prováveis de ignição, identificam-se nos Mapa 18 as áreas prioritárias ao nível de ações de dissuasão e fiscalização.



Mapa 18 – Mapa da Fiscalização do Concelho de Alcoutim

C. Metas e Indicadores

Quadro 23 – Metas e indicadores das ações de sensibilização previstas

METAS/INDICADORES	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
Edição de avisos informativos sobre responsabilidades individuais ao nível da prevenção de incêndios e uso correto do fogo	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
Realização de sessões de esclarecimento e sensibilização da população geral	2	5	5	5	5	5	5	5	5	5
Realização de sessões de sensibilização à população escolar	0	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Atividades lúdicas de sensibilização à população escolar.	0	2	2	2	2	2	2	2	2	2

D. Orçamento e Responsáveis

Quadro 24 – Estimativa de orçamento e responsáveis das ações de sensibilização prevista por ano (2020/2024)

	Estimativa de orçamento (€)					
	2020	2021	2022	2023	2024	Total (2020/2025)
Edição de avisos informativos sobre responsabilidades individuais ao nível da prevenção de incêndios e uso correto do fogo	750,00 €	750,00 €	750,00 €	750,00 €	750,00 €	3 750,00 €
Realização de sessões de esclarecimento e sensibilização da população geral	400,00 €	1 000,00 €	1 000,00 €	1 000,00 €	1 000,00 €	4 400,00 €
Realização de sessões de sensibilização à população escolar	- €	400,00 €	400,00 €	400,00 €	400,00 €	1 600,00 €
Atividades lúdicas de sensibilização à população escolar.	- €	200,00 €	200,00 €	200,00 €	200,00 €	800,00 €
Total por Ano	1 150,00 €	2 350,00 €	2 350,00 €	2 350,00 €	2 350,00 €	10 550,00 €

Quadro 25 – Estimativa de orçamento e responsáveis das ações de sensibilização prevista por ano (2025/2029)

	Estimativa de orçamento (€)						
	2025	2026	2027	2028	2029	Total (2025/2029)	Total (2020/2029)
Edição de avisos informativos sobre responsabilidades individuais ao nível da prevenção de incêndios e uso correto do fogo	750,00 €	750,00 €	750,00 €	750,00 €	750,00 €	3 750,00 €	7 500,00 €
Realização de sessões de esclarecimento e sensibilização da população geral	1 000,00 €	1 000,00 €	1 000,00 €	1 000,00 €	1 000,00 €	5 000,00 €	9 400,00 €
Realização de sessões de sensibilização à população escolar	400,00 €	400,00 €	400,00 €	400,00 €	400,00 €	2 000,00 €	3 600,00 €
Atividades lúdicas de sensibilização à população escolar.	200,00 €	200,00 €	200,00 €	200,00 €	200,00 €	1 000,00 €	1 800,00 €
Total por Ano	2 350,00 €	2 350,00 €	2 350,00 €	2 350,00 €	2 350,00 €	11 750,00 €	22 300,00 €

3º Eixo Estratégico – Melhoria da Eficácia de Ataque e da Gestão de Incêndios

De forma a existir um dispositivo organizado e pronto para a mobilização preventiva de meios, há que ter em conta a disponibilidade e características dos recursos existentes, para que se garanta uma deteção e extinção rápida dos incêndios.

A determinação preliminar de canais de comunicação, formas de procedimento, levantamento das responsabilidades e competências das várias forças e entidades intervenientes, irá contribuir para uma melhor e mais eficaz resposta de todos à questão dos incêndios florestais.

Objetivo Estratégico	- Articulação dos sistemas de vigilância e deteção com os meios de 1ª intervenção - Adequação da capacidade de 1ª intervenção - Melhorar a eficácia e vigilância pós-incêndio.
Objetivos Operacionais	- Estruturação e gestão da vigilância e deteção como um sistema integrado - Estruturação do nível municipal de 1ª intervenção - Garantia correta e eficaz execução do rescaldo e da vigilância pós-incêndio - Integração e melhoria dos meios de planeamento, previsão e apoio à decisão.
Ações	- Execução da inventariação dos meios recursos existentes - Definição de setores territoriais DFCI e locais estratégicos de estacionamento (LEE) para as ações de vigilância e deteção, 1ª intervenção, combate, rescaldo, e da vigilância pós-incêndio - Identificação e/ou definição dos sistemas de vigilância e deteção - Identificação dos elementos do território relevantes para a decisão.

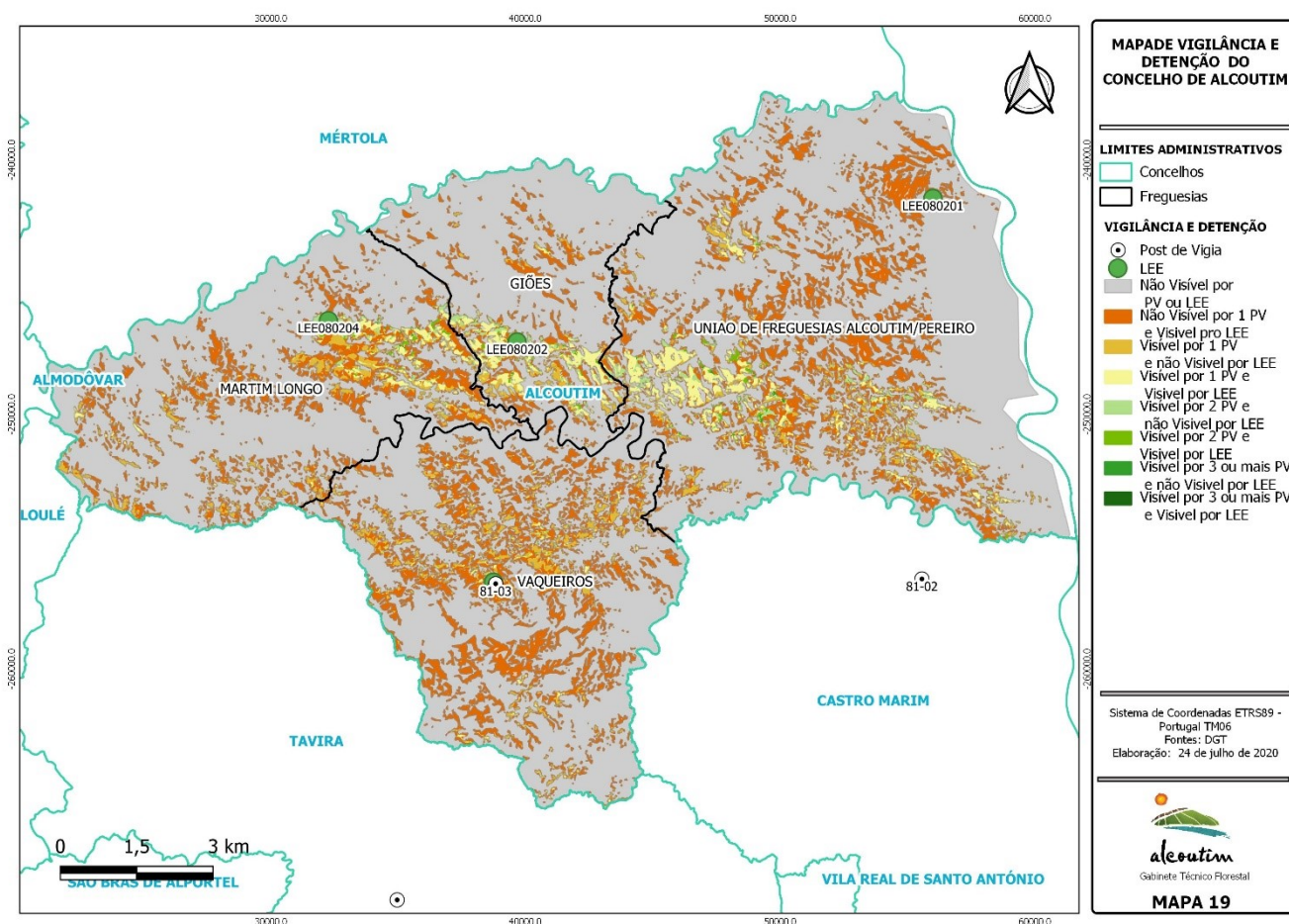
Avaliação

A. Vigilância e Detenção

A vigilância e deteção de incêndios é uma operação fundamental em qualquer sistema de DFCl, uma vez que possibilita a rápida deteção de incêndios e o seu combate numa fase inicial. Desta forma, diminui-se a probabilidade de um incêndio tomar proporções incontrolláveis, o que se traduz na diminuição da área ardida e na redução dos meios de combate necessários para a sua supressão.

A organização do sistema de vigilância e deteção deve assentar na multiplicidade de fontes de vigilância. A complementaridade da vigilância fixa e da vigilância móvel é preponderante para assegurar uma cobertura efetiva da área do concelho.

No mapa 19 encontram-se as bacias de visibilidade associadas aos postos de vigia e locais estratégicos de estacionamento. A localização destes LEE's que funcionam em todo o Nível IV de prontidão e dependendo das condições climatéricas em parte do Nível III de prontidão, foi efetuada de acordo com as bacias de visibilidade e com o tempo de deslocação a todos os espaços florestais, permitindo uma 1ª intervenção eficaz.



Mapa 19 – Mapa de vigilância e detenção do concelho de Alcoutim

No quadro 23 podemos observar a relação entre os incêndios florestais e o número total de equipas de vigilância e deteção no concelho de Alcoutim, para os anos de 2015 a 2018. Verificamos que a fase Nível III e Nível IV justifica atenção redobrada é na época mais seca e quente do ano que ocorre o maior número de ignições.

Quadro 26 – Índice entre o número de incêndios florestais e equipas de vigilância e deteção

(Fonte: SIGF 2020)

			2015		2016		2017		2018		Índice
			N.º Equipas	Nº Incêndios	N.º Equipas	Nº Incêndios	N.º Equipas	Nº Incêndios	N.º Equipas	Nº Incêndios	
NÍVEIS DE EMPENHAMENTO OPERACIONAL	NÍVEL I	1 Jan. - 14 Mai.	0	2	0	0	0	0	0	2	0
	NÍVEL II	15 Mai. – 31 Mai	5	0	5	0	5	0	5	0	0
	NÍVEL III	1 Jun. - 30 Jun.	6	2	6	0	6	1	6	1	0,167
	NÍVEL IV	1 Jul. - 30 Set.	7	7	7	1	7	1	7	0	0,321
	NÍVEL III	1 Out. - 15 Out.	6	1	6	1	6	0	6	1	0,125
	NÍVEL II	16 Out. - 31 Out.	5	0	5	0	5	0	5	0	0
	NÍVEL I	1 Nov. - 31 Dez.	0	0	0	0	0	1	0	0	0
* As equipas de sapadores só efetuam vigilância e deteção quando estão em alerta laranja ou vermelho											

B. 1ª Intervenção

Como já se fez referência, o tempo de resposta dos meios de supressão de incêndios constitui um fator crítico no âmbito da DFCI. Para evitar que os incêndios assumam proporções de difícil controlo, os meios de primeira intervenção devem chegar rapidamente ao local.

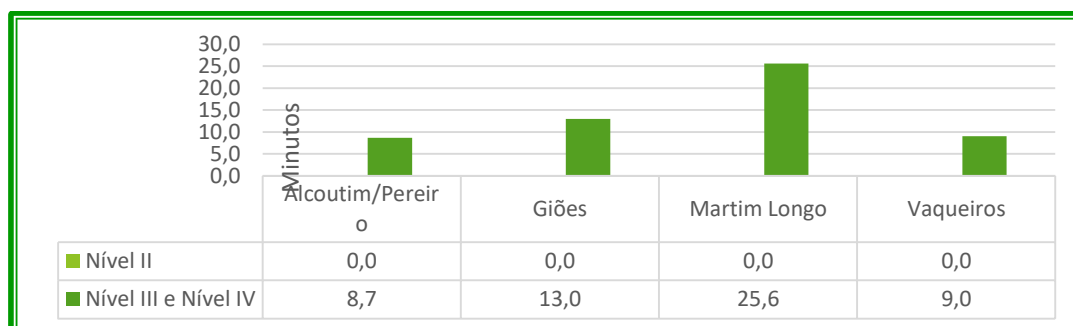
A 1.ª intervenção nas várias secções do concelho, é da responsabilidade das equipas a que essas mesmas secções se encontram inerentes.

No quadro 24 podemos verificar a relação de incêndios florestais, o número de equipas e o número de elementos da 1ª intervenção no concelho de Alcoutim, para os anos de 2015 a 2018.

Quadro 27 – Índice entre o número de incêndios florestais, número de equipas e o número de elementos de 1ª intervenção (2015-2018)

			2015			2016			2017			2018			Índice
			N.º Eq	Nº Elem	Nº Inc	N.º Eq	Nº Elem	Nº Inc	N.º Eq	Nº Elem	Nº Inc	N.º Eq	Nº Elem	Nº Inc	
IVEIS DE EMPENHAMENTO OPERACIONAL	NIVEL I	1 Jan. - 14 Mai.	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0
	NIVEL II	15 Mai. - 31 Mai	5	13	0	5	13	0	5	14	0	5	17	0	0
	NIVEL III	1 Jun. - 30 Jun.	6	18	2	6	18	0	6	19	1	6	22	1	0,052
	NIVEL IV	1 Jul. - 30 Set.	7	22	7	7	22	1	7	23	1	7	26	0	0,097
	NIVEL III	1 Out. - 15 Out.	6	18	1	6	18	1	6	19	0	6	22	1	0,039
	NIVEL II	16 Out. - 31 Out.	5	13	0	5	13	0	5	14	0	5	17	0	0
	NIVEL I	1 Nov. - 31 Dez.	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0

O gráfico 1 apresenta o valor médio por freguesia do tempo de chegada para a 1ª intervenção nos diferentes níveis de empenho operacional, como podemos observar na fase estival a única freguesia que esta a cima dos 15 minutos é a de Martim Longo, todas as outras estão abaixo deste patamar.

Gráfico 1 – Valor médio por freguesia do tempo de chegada para a 1ª intervenção nas diferentes fases (2015-2018) (Fonte: ICNF 2020)

C. Rescaldo e Vigilância Pós-incêndio

O quadro 25 podemos verificar que desde 2009 não existiram quais quer reacendimentos. Pretende-se que com este plano se mantenha a sua abolição.

Quadro 28 – Nº de reacendimentos (2009-2018)

(Fonte: ICNF 2020)

	Nº de Ocorrências	Nº de Reacendimentos
2009	15	0
2010	15	0
2011	6	0
2012	17	0
2013	11	0
2014	11	0
2015	12	0
2016	2	0
2017	3	0
2018	4	0

Planeamento de Ações

A. Metas e Indicadores

Quadro 29 – Metas e indicadores das ações de vigilância, deteção, 1ª intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós- incêndio previstas

Ações	Metas	Unidades	Indicadores
			2020-2029*
Diminuição da ocorrência de incêndios e área ardida	Aumento das ações de prevenção e vigilância	%	80
	Redução da área ardida	ha	<10 ha
	Redução do nº de incêndios	%	60
	Manter a abolição do nº de reacendimentos	%	100
	Maior rapidez nas ações de 1ª intervenção	min.	<20 min em 95% das ocorrências
	Aumentar o nº de vigilantes	nº	1
	Diminuição de grandes incêndios	%	80

*Nota: Os indicadores são avaliados numa base anual

B. Orçamento e Responsáveis

Quadro 30 – Estimativa de orçamento e responsáveis das ações de vigilância, detenção, 1ª intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio previstas

Ações	Metas	Responsáveis	Estimativa Orçamental
			2020-2029
Diminuição da ocorrência de incêndios e área ardida	Aumento das ações de prevenção e vigilância	CMDFCI	Os valores são inerentes ao normal desempenho da atividade de cada entidade
	Redução da área ardida		Os valores são inerentes ao normal desempenho da atividade de cada entidade
	Redução do nº de incêndios		Os valores são inerentes ao normal desempenho da atividade de cada entidade
	Manter a abolição do nº de reacendimentos		Os valores são inerentes ao normal desempenho da atividade de cada entidade
	Maior rapidez nas ações de 1ª intervenção		Os valores são inerentes ao normal desempenho da atividade de cada entidade
	Aumentar o nº de vigilantes		Os valores são inerentes ao normal desempenho da atividade de cada entidade
	Diminuição de grandes incêndios		Os valores são inerentes ao normal desempenho da atividade de cada entidade

4º Eixo Estratégico – Recuperar e Reabilitar os Ecossistemas

A recuperação de áreas ardidas deverá ter em vista o aumento futuro da sua resiliência e deve desenvolver-se em dois tempos. Um primeiro, relacionado com a proteção dos recursos e infraestruturas e outro de médio prazo dirigido para a requalificação dos espaços florestais dentro dos princípios da Defesa da Floresta Contra Incêndios.

Objetivo Estratégico	- Recuperação e reabilitação dos ecossistemas.
Objetivos Operacionais	- Avaliação e mitigação causados pelos incêndios florestais e implementação de estratégias de reabilitação a curto, médio e longo prazo.
Ações	- Identificação as necessidades potenciais de ações de emergência e de reabilitação para evitar a degradação de recursos e infraestruturas a curto e médio prazo. - Definição das tipologias de reabilitação a aplicar, promovendo o controlo de erosão, proteção da rede hidrográfica, defesa de infraestruturas e das estações e habitats mais sensíveis.

O planeamento e recuperação de áreas ardidas no concelho de Alcoutim tem cabido exclusivamente aos proprietários florestais, uma vez que não existe áreas florestais do estado no concelho.

Avaliação

A. Estabilização de Emergência

Após os incêndios florestais torna-se essencial estimar no terreno quais os impactos produzidos pelos mesmos, há que estabelecer prioridades e tipos de intervenções.

Uma apreciação rigorosa permite a implementação de estratégias com vista à recuperação das áreas ardidas e respetivos ecossistemas de forma sustentada, procedendo à avaliação dos danos e da reação dos ecossistemas, á recolha de salvados e, eventualmente ao controlo fitossanitário, a ações de recuperação biofísica e mesmo já á reflorestação de zonas mais sensíveis.

Por diversas razões com que nos deparamos no concelho como: falta de iniciativa e conhecimentos dos proprietários, falta de programas de incentivos, etc., não se realizaram ações de estabilização de emergência após os incêndios ocorridos nos últimos anos.

Contudo, verificamos que houve uma excelente resposta do solo com base na sua capacidade de regeneração da vegetação, não sendo sugerível nesta altura prever intervenções de emergência a curto ou médio prazo, pelo que não é possível elaborar um mapa com essas áreas.

B. Reabilitação do Povoamento e Habitats Florestais

Refletindo sobre a conservação de espécies e habitats florestais, proteção da regeneração natural e controlo de espécies invasoras, atualmente no concelho esses locais não têm expressão e a sua dimensão é tão reduzida que impossibilita a sua realização cartográfica.

Planeamento das Ações

A. Estabilização de Emergência

Pelo descrito na avaliação efetuada, atualmente não é possível planear ações de estabilização de emergência, contudo e como o plano vigora 10 anos devemos considerar que o mesmo é dinâmico e que neste período pode ser revisto para incluir medidas de conservação da água e do solo e conservação da rede viária florestal e infraestruturas hidráulicas.

B. Reabilitação do Povoamento e Habitats Florestais

Tal como no item anterior não é possível planear ações de reabilitação de povoamento e habitats florestais, contudo durante a vigência do plano poderá ser necessário a inclusão de intervenções nas mesmas bem como a identificação dos responsáveis e participantes.

5º Eixo Estratégico – Adoção de uma Estrutura Orgânica Funcional e Capaz

Ao nível municipal, a CMDF é a estrutura de articulação entre as diferentes entidades e tem como missão a coordenação de ações, no que se refere à definição de políticas e orientação no âmbito da DFCI. O PMDFCI é o instrumento orientador do planeamento integrado dessas ações.

A concretização das ações definidas no PMDFCI apenas será possível através da articulação e convergência de esforços dos diferentes organismos na defesa da floresta. Esta articulação requer uma organização que viabiliza o trabalho de equipa e avalie os resultados das suas ações.

Objetivo Estratégico	- Operacionalizar a comissão municipal de defesa da floresta contra incêndios.
Objetivos Operacionais	- Fomentar as operações de DFCI e garantir o necessário apoio técnico e logístico.
Ações	- Identificar as entidades intervenientes no SDFCI, explicitando as suas competências na implementação das diferentes ações - Planificar a formação das entidades intervenientes no SDFCI - Promover a articulação entre entidades intervenientes no SDFCI, visando a melhoria qualitativa da informação contida no POM - Promover a harmonização dos conteúdos do PMDFCI/POM, nas regiões de fronteira com os concelhos vizinhos - Elaboração do cronograma de reuniões da CMDF - Estabelecer a data de aprovação do POM - Explicitar o período de vigência do PMDFCI.

Avaliação

A. Formação

O objetivo da formação consiste em transmitir maiores conhecimentos e competências para as funções a desempenhar, no quadro 28 encontramos a identificação das necessidades de formação e do número de elementos de cada entidade.

Quadro 31 – Necessidades de formação

Tipo de Formação	Entidade a Formar	Nº Elementos
Coordenação	Câmara Municipal	3
Divulgar medidas de sensibilização	CMDFCI	10

Vigilância, deteção e 1ª Intervenção	Câmara Municipal	3
	Sapadores Florestais (Cumeadas)	5
	GNR (postos de vigia)	Sem dados
Combate	Bombeiros	Sem dados
Rescaldo e vigilância pós-incêndio	Câmara Municipal	Nos itens anteriores
	Sapadores Florestais (Cumeadas)	
	Bombeiros	

Planeamento de Ações

A. Organização do Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios

Quadro 32 – Responsabilidades das entidades

	Competências Gerais	Entidade a Formar	Responsabilidades
CMDFCI	Articular a atuação dos diferentes organismos; Definir procedimentos na monitorização e revisão do PMDFCI e POM; Elaborar e rever o PMDFCI e o POM anualmente; Implementação estratégica de reabilitação das áreas ardidas a médio e longo prazo;	BV Alcoutim	Sensibilização; Divulgação; Ataque Inicial; Combate; Rescaldo
		GNR / SEPNA / GIPS	Sensibilização; Divulgação; Vigilância e Patrulhamento; Deteção; Ataque Inicial; Rescaldo; Vigilância Pós-incêndio; Investigação de Causas; Fiscalização;
		SMPC / GTF	Planeamento; Sensibilização; Divulgação; Fiscalização
		ICNF	Sensibilização; Divulgação; Vigilância e Patrulhamento; Deteção; Fiscalização; Ataque Inicial; Rescaldo; Vigilância Pós-incêndio;
		Associação Cumeadas	Sensibilização; Divulgação; Vigilância e Patrulhamento; Deteção; Ataque Inicial; Rescaldo; Vigilância Pós-incêndio;
		Juntas de Freguesia	Sensibilização; Divulgação;
Outras Entidades		EDP	Construção e manutenção de FGC nas áreas da sua competência;
		REN	Construção e manutenção de FGC nas áreas da sua competência;
		Autarquia	Construção e manutenção de FGC nas áreas da sua competência; manutenção de pontos de água nas áreas da sua competência;
		Proprietários	Construção e manutenção de FGC nas áreas da sua competência; manutenção de pontos de água nas áreas da sua competência;

a) Formação

O quadro 30 estabelece para as diversas entidades e a sua estimativa de orçamento para o período de vigência do PMDFCI (2020-2029).

Quadro 33 – Estimativa orçamental para as várias entidades

Entidade a Formar	Nº Elem	Estimativa de orçamento (€)										Total (2020/2029)
		2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	
Câmara Municipal	3	- €	600,00 €	- €	- €	600,00 €	- €	- €	600,00 €	- €	- €	1 800,00 €
Sapadores Florestais (Cumeadas)	5	- €	500,00 €	- €	- €	500,00 €	- €	- €	500,00 €	- €	- €	1 500,00 €
GNR	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	- €
Bombeiros	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	- €
Total	8	- €	1 100,00 €	- €	- €	1 100,00 €	- €	- €	1 100,00 €	- €	- €	3 300,00 €

b) Reuniões da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios**Quadro 34 – Cronograma das reuniões anuais da comissão municipal de defesa a floresta contra incêndios**

15 a 30 de Janeiro	Aprovação do relatório de monitorização do plano municipal de defesa da floresta contra incêndios .
1 a 15 de Abril	Aprovação do plano operacional municipal e alteração do plano municipal de defesa da floresta contra incêndios sempre que se justifique.
Novembro	Avaliação da época estival
Sempre que se justifique a CMDFCI reunirá fora destas datas	

c) Aprovação do Plano Operacional Municipal e Período de Vigência do Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios

O plano municipal de defesa da floresta contra incêndios tem um prazo de vigência de dez anos (2020/2029), é um documento dinâmico, que como foi referido no quadro anterior, será revisto sempre que necessário na 1ª quinzena de abril, quando a comissão municipal de defesa da floresta contra incêndios procede à aprovação do plano operacional municipal. Caso exista um motivo que o justifique o mesmo poderá ser revisto e alterado noutra data.

Estimativa de Orçamento para Implementação do PMDFCI

Quadro 35 – Estimativa orçamental do PMDFCI (2020/2024)

Eixos Estratégicos	Estimativa de orçamento (€)					
	2020	2021	2022	2023	2024	Total (2020/2024)
1º Eixo Estratégico	634 072,80 €		628 635,40 €	920 804,40 €	549 877,60 €	2 733 390,20 €
2º Eixo Estratégico	1 150,00 €	2 350,00 €	2 350,00 €	2 350,00 €	2 350,00 €	10 550,00 €
3º Eixo Estratégico	Os valores são inerentes ao normal desempenho da atividade de cada entidade					- €
4º Eixo Estratégico	- €	- €	- €	- €	- €	- €
5º Eixo Estratégico	- €	1 100,00 €	- €	- €	1 100,00 €	2 200,00 €
Total por Ano	635 222,80 €	3 450,00 €	630 985,40 €	923 154,40 €	553 327,60 €	2 746 140,20 €

Quadro 36 – Estimativa orçamental do PMDFCI (2025/2029)

Eixos Estratégicos	Estimativa de orçamento (€)					
	2025	2026	2027	2028	2029	Total (2026/2029)
1º Eixo Estratégico	703 395,80 €	792 508,20 €	849 600,80 €	538 203,60 €	786 273,40 €	3 669 981,80 €
2º Eixo Estratégico	2 350,00 €	2 350,00 €	2 350,00 €	2 350,00 €	2 350,00 €	11 750,00 €
3º Eixo Estratégico	Os valores são inerentes ao normal desempenho da atividade de cada entidade					- €
4º Eixo Estratégico	- €	- €	- €	- €	- €	- €
5º Eixo Estratégico	- €	- €	1 100,00 €	- €	- €	1 100,00 €
Total por Ano	705 745,80 €	794 858,20 €	853 050,80 €	540 553,60 €	788 623,40 €	3 682 831,80 €

Quadro 37 – Estimativa orçamental total do PMDFCI (2020/2029)

Eixos Estratégicos			
	Total (2020/2024)	Total (2026/2029)	Total (2020/2029)
1º Eixo Estratégico	2 733 390,20 €	3 669 981,80 €	6 403 372,00 €
2º Eixo Estratégico	10 550,00 €	11 750,00 €	22 300,00 €
3º Eixo Estratégico	- €	- €	
4º Eixo Estratégico	- €	- €	- €
5º Eixo Estratégico	2 200,00 €	1 100,00 €	3 300,00 €
Total por Ano	2 746 140,20 €	3 682 831,80 €	6 428 972,00 €

Referências Bibliográficas

Guia Técnico – Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI), Direção de Unidade de Defesa da Floresta Contra Incêndios, 2012

Sistema de Gestão de Informação de Incêndios Florestais, ICNF, 2020

Plano Diretor Municipal, Município de Alcoutim, 1995

Site do ICNF na internet

Site do INE na internet

Alcoutim, 08 de setembro de 2021